



## Ata Número Dezanove

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas dezassete horas e quarenta e dois minutos, reuniu ordinariamente, e por videoconferência, conforme previsto no nº 2, do nº 3 da Lei nº 1-A/2020 de 19 de março, em conjugação com o disposto na Lei nº 1-A/2021 de 13 de janeiro, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

**1** - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; -----

**2** - Apreciação e votação do Regulamento do Banco Local de Voluntariado da Louçã (BLVL); -----

**3** - Apreciação e votação da delimitação da área de contenção para a instalação de AL na aldeia do Talasnal; -----

**4** - Apreciação e votação da 2ª Adenda ao Protocolo celebrado entre os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Louçã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela, Vila Nova de Poiares e a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA para prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos; -----

**5** – Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano/Ano 2021; -----

**6** - Apreciação e votação da alteração ao Contrato de Financiamento no âmbito da Candidatura ao EEA Grants "Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às alterações climáticas – "Projeto do Rio Ceira"; -----

**7** - Apreciação e votação para autorização, a celebração da adenda do Contrato Interadministrativo com a CIM-RC, Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que visa adaptar a delegação de competências já autorizada e celebrada, às modificações introduzidas no contrato de

Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021);-----

**8** – Para efeitos do artigo 12º da Lei nº 43/90 de 10 de agosto que regula o exercício do direito de petição propõe-se que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre "petição pública a favor da saída do Município da Lousã da empresa APIN, E.I.M., SA";-----

**O Senhor Presidente da Mesa** usou da palavra para informar que os trabalhos iriam decorrer por videoconferência e, online, sendo permitida a participação de munícipes mediante a inscrição prévia para esta sessão ordinária, conforme publicitado através de Edital. Disse que esta medida será adotada enquanto se justificar, devido à pandemia da COVID-19, e será difundida através das redes sociais da autarquia e disponibilizada a gravação no site. Está, também, assegurada a participação dos munícipes, de forma digital, e aqueles que não tenham acesso à internet está assegurada, numa sala criada para o efeito, no edifício dos Paços do Concelho. Sublinhou que os munícipes que participam nesta sessão, efetuaram, previamente, a sua inscrição através de contacto telefónico assegurado em formulário disponível ou por email, informação, igualmente, prestada através do Edital. Desejou que todos estivessem a ouvir em boas condições e se a qualquer momento surgissem problemas técnicos, que dessem conhecimento dessa ocorrência por qualquer forma, a fim de se corrigir a situação e retomar os trabalhos com a regularidade possível. Seguidamente, apresentou cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal, colaboradores da autarquia, comunicação social, e a todos aqueles que estavam a ver e ouvir no momento.-----

Informou que aquando da aceitação dos membros da assembleia para participarem nesta reunião procedeu-se, simultaneamente, ao registo de presença. -----

Feita a chamada, na medida em que os membros acederam à reunião por videoconferência, verificou-se a ausência de Pedro Santos, que foi legalmente substituído por Paulo Simões, do PS, Nuno Marques, que foi legalmente substituído por Sérgio Pedroso, do PSD, Carlos Honório, que foi legalmente substituído por Aires Ventura, do BE e a falta justificada pela **Mesa** de Maria da Conceição Loureiro, da CDU. Este procedimento dispensou a habitual chamada individual.-----

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

**O Senhor Presidente da Mesa** reiterou a informação anteriormente prestada, recordando que usarão da palavra os munícipes que procederam à sua inscrição, de acordo com o Edital publicitado. Inscreveram-se conforme os procedimentos divulgados quatros munícipes: Helena Maria Nunes Quaresma, Hélder José Pereira Ferreira, Joana Paiva e António Paulo Xavier Magro. -----

**O Senhor Presidente da Mesa** alertou para o facto de que, nos termos do artigo nº 21, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal da Lousã, cada cidadão não deverá exceder cinco minutos, na sua intervenção.-----

**Helena Quaresma**, residente na Lousã, começou por dizer que estava em representação do MEC Lousã – Movimento Espontâneo de Cidadãos da Lousã. Solicitou cópias de todos os documentos relativos à afetação de bens municipais à prestação dos serviços pela Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, adiante designada por APIN, ou seja os contratos celebrados entre o Município da Lousã e a APIN sobre o conjunto de infraestruturas e instalações e outros bens do município no âmbito das cláusulas 8ª, nº 2, alínea c) e cláusulas 16 e 17 do Contrato de Gestão Delegada. Disse que o MEC pretende saber, com a entrada do município na APIN, que destino tiveram as infraestruturas, instalações e outros bens do Município da Lousã, se foram vendidos, doados ou se tiveram outro qualquer destino. Solicitou cópias dos estudos que o município dispõe sobre os recursos hídricos do Concelho da Lousã, dizendo que segundo o **Senhor Presidente da Câmara**, justificam a política de abandono das captações das nascentes e da gestão da água da



MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Serra da Lousã. Afirmou que esta documentação já foi solicitada mas até ao momento ainda não obtiveram resposta. Questionou qual a posição dos partidos da oposição sobre a permanência ou não do município na APIN. Questionou a redação do ponto nº 8 desta Ordem de Trabalhos, nomeadamente, sobre o eventual indeferimento liminar e possibilidade de inviabilização de proporcionar um debate público a toda a população sobre esta matéria que foi solicitada por um conjunto de mil e duzentas pessoas. Afirmou que a APIN tem vindo a prejudicar os munícipes que lhe estão subjugados e não é desta forma que se exerce o poder autárquico, limitando a possibilidade de haver um amplo debate público. A concluir, disse que o Executivo tem vindo a declarar que a APIN não é uma empresa privada, por isso, afirmou que o MEC Lousã quer contribuir para o esclarecimento de todos os munícipes afetados por esta empresa, dando conhecimento que a APIN, empresa intermunicipal, sociedade anónima, de direito privado é uma empresa privada, contrariamente ao que é divulgado pela Câmara Municipal. -----

**Hélder Ferreira**, residente na Lousã começou por dizer que na defesa do interesse das gerações futuras, decidiu subscrever a petição a favor da saída do Município da Lousã da APIN e juntar a sua voz a mais de mil e duzentos Lousanenses que também a subscreveram. Mencionou a Lei nº 58 de 2005, mais conhecida como a lei da água, diz o artigo 1º, nº 1, alínea b) Promover uma utilização sustentável de água, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis. Afirmou que a Lousã, dispõe de várias captações e nascentes que, assumidamente, tem vindo a ser abandonada, pelo que não compreende tal desperdício. Disse que, segundo dados da ERSAR – Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos, a água contabilizada para consumo no Concelho da Lousã no ano de dois mil e onze, rondava em cerca de 1.9 milhões de metros cúbicos, o que satisfazia as necessidades de consumo por nascentes e captações locais. No ano de dois mil e dezoito, disse que houve um aumento, para 2.1 milhões de metros cúbicos, no entanto, a contribuição das nascentes e captações passou a ter



um valor menor, representando apenas 5,5% segundo os mesmos indicadores ao longo de dez anos, entre fugas na rede e água não cobrada, verificou-se que as perdas superaram os quarenta por cento. Estas duas circunstâncias originaram o deficit crescente a partir do ano de dois mil e onze, cada vez mais evidente, á medida que as nascentes e captações de água foram sendo abandonadas e substituídas por águas importadas das Águas do Centro Litoral e a partir daí começou a representar um custo que antes não existia. Questionou se a água das nascentes e captações não deveria estar a ser aproveitada e canalizada para as Águas do Centro Litoral e dessa forma, permitir uma diminuição na faturação a pagar. Referiu que da análise aos onze investimentos publicitados no site da APIN para o Concelho da Lousã, no triénio de dois mil e vinte/dois mil e vinte e dois, que não chegam a atingir dois milhões de euros, e mais de ¼ desse valor vai ser gasto em fecho de sistemas de abastecimentos de águas. Concluiu dizendo que se este investimento estivesse a ser conduzido pela Câmara Municipal da Lousã, considerando a comparticipação de oitenta e cinco por cento de Fundos Comunitários, estas intervenções na rede teriam um custo mais reduzido. O problema da entrega da gestão das águas a uma entidade terceira, sob o seu ponto de vista, é o risco da perda do controlo das decisões e o desperdício provocado por uma solução que não foi pensada para valorizar os recursos hídricos existentes no concelho, e que são muitos, no seu entendimento. Afirmou que existe capacidade técnica e de recursos humanos nos serviços municipais e a bandeira ecológica de um município deve ser a que resulta de uma gestão responsável dos seus recursos hídricos e a verdadeira política alternativa de defesa da água deverá ser capaz de agregar eleitos e eleitores no efetivo combate ao desperdício deste recurso.-----

**Joana Paiva:** Faltou.-----

**Paulo Magro,** residente na Lousã e a intervir diretamente da sala preparada para o efeito, no Edifício dos Paços do Concelho, veio reiterar o pedido do documento instrutório para a elaboração da escritura da APIN, onde em arquivo está o documento comprovativo da fiscalização prévia do Tribunal de



MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Contas. Disse já ter contactado diretamente a APIN a disponibilização no seu site deste documento para o cidadão comum e, ainda mais importante, a todos os membros da Assembleia Municipal. Em seguida, referiu-se ao regulamento de serviços da APIN, onde foram feitos todos os procedimentos legais, contributos e publicitação, contudo, na última fase, o Município de Castanheira de Pera, não votou favoravelmente este regulamento, ao abrigo do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. Modelo do Concelho de Góis, pelo que, questionou se há viabilidade de ser aprovado pelos restantes municípios, mesmo sem ser por unanimidade, dada a posição de Castanheira de Pera e, por outro lado, ser um instrumento fundamental para o exercício da atividade da empresa intermunicipal. Questionou se já foram entregues os relatórios trimestrais e execução orçamental por parte da APIN, conforme prevê os estatutos daquela empresa intermunicipal e, em caso afirmativo se já foi dado conhecimento aos órgãos Executivo e Deliberativo. Por último, referindo-se à cláusula 14 do Contrato de Gestão Delegada e restante legislação implícita, bem como às regras impostas pela ERSAR, perguntou se a Assembleia Municipal se pronunciou alguma vez sobre estas alterações ao tarifário antes e depois Covid-19.-----

**O Senhor Presidente da Mesa** informou que tomou algumas notas, das intervenções de Helena Quaresma e Paulo Magro, apesar de ter existido alguma dificuldade na perceção das suas intervenções em alguns momentos. Passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar os esclarecimentos ou informações que tivesse por convenientes.-----

**O Senhor Presidente da Câmara**, relativamente às questões que foram suscitadas, informou o seguinte: as infraestruturas e equipamentos mantem-se no Município da Louçã. Informou que, até ao momento, ainda não foram localizados os estudos respeitantes à captação de água no concelho, apesar de já ter havido algumas diligências para a recolha desta informação. Sobre a petição pública, deu nota que existe um ponto específico na ordem de



trabalhos para falar e decidir sobre o assunto, porque é o órgão competente para tal. No entanto, esclareceu, desde logo, que a APIN, é uma empresa constituída, exclusivamente, por capitais públicos dos onze municípios aderentes, que vai melhorar os serviços que irá prestar e, vai investir na redução de perdas de água e infiltrações permitindo desta forma aumentar a sua eficiência operacional, bem como na expansão das redes de abastecimento e saneamento. Recordou que este modelo de gestão foi opção declarada e qualquer alteração na composição acionista terá que ser submetida aos órgãos autárquicos, nomeadamente, à Assembleia Municipal. Relativamente às situações que se reportam à captação de água disse que os pressupostos enunciados não se incluem na realidade. Disse que foi ignorado o histórico deste processo que já vem antes das Águas do Centro Litoral, que antes se chamava Águas do Mondego e que a montante tem ainda uma história e um processo mais longo e não tão simples como foi exposto. Afirmou que não é assim tão fácil fazer captação de água, especialmente, na qualidade e quantidade necessárias ao abastecimento público, tendo em conta que há períodos de grande pluviosidade com grande abundância de água, mas em outros períodos do ano, é praticamente inexistente e o abastecimento de água tem que ser feito durante todos os dias de cada ano e não apenas quando chove. Se fosse assim tão simples e se o custo fosse equilibrado, sob o ponto de vista custo/benefício, eventualmente, outros municípios com acessos a lençóis de água mais relevantes teriam optado por outros regimes. Disse que se verifica desde há alguns anos o abastecimento em alta, especialmente desde o ano de dois mil e onze e com obrigação contratual entre a Câmara Municipal e as Águas do Mondego. Recordou que em muitas assembleias ao longo dos anos, muitos munícipes vinham apresentando reclamações relativamente à debilidade do abastecimento de água no Concelho da Lousã e houve uma altura em que as reclamações eram mais sobre a qualidade da água e, posteriormente, sobre a quantidade. Recordou, ainda, as muitas queixas e críticas que chegavam à Câmara Municipal, relativamente à falta de capacidade de abastecimento de água e



às interrupções da mesma, especialmente na época do verão onde, normalmente, o consumo aumenta e a principal captação de água do Concelho da Lousã, era o Rio Ceira e não a serra, frisou. Confirmou que existiam e existem ainda hoje muitas perdas e a rede precisa em vários pontos de renovação devido a vários fatores entre os quais a idade, situação esta comum a vários outros concelhos do país. Sobre os financiamentos, sublinhou duas declarações públicas em momentos diferentes por parte do Senhor Ministro do Ambiente, em Vila Nova de Poiares e em Soure, onde foi reafirmada a prioridade de grande expressão de financiamento para os sistemas agregados como o que está constituído aqui na região pela APIN. Sublinhou que só foi possível aprovar os investimentos que estão neste momento aprovados e em vias de ser lançados para promover melhoria na rede de abastecimento de água e saneamento do Concelho da Lousã, porque houve a constituição da APIN, caso contrário, não teria sido possível. Enquanto foi possível, o Município da Lousã foi-se candidatando a projetos e foi obtendo financiamentos para fazer obras nestes dois setores importantes que é a água e o saneamento, mas há cerca de cinco anos que essa possibilidade deixou de ser exequível, sendo este um dos fatores que levou a que os municípios se tivessem agregado e tenham criado esta empresa intermunicipal para poder aceder aos fundos comunitários. Informou que o Município da Lousã assinou um documento relativamente a candidaturas anteriores a fundos comunitários em que a Câmara Municipal se obrigava a cobrir os custos numa determinada percentagem. Essa cobertura de custos dos municípios com as mesmas características da Lousã, não é um processo fácil de implementar sem ter ainda mais penalização para os consumidores. Frisou que é bom que se tenham estas situações bem presentes e que não se passe uma realidade que não existe. Disse que há muitos outros motivos que levaram à criação da empresa intermunicipal, mas este, foi determinante. Esclareceu que se fosse a Câmara Municipal a candidatar-se a fundos comunitários ainda que com a comparticipação de 85%, teria sempre que se autofinanciar em 15%, neste caso, fazendo-se substituir pela APIN. Deu nota



que o volume de investimentos no Concelho da Lousã será superior a dois milhões de euros. Sobre os documentos da escritura da APIN disse que irá solicitar que seja disponibilizada, embora pense que a informação está disponível e pode ser consultada. Sobre o regulamento de serviços, embora o Município de Castanheira de Pera ainda não o tivesse aprovado, não significa que não o venha a fazer, mas há absoluta tranquilidade quanto a esta situação, porque para além de não existir nenhum problema, não está prejudicado o funcionamento da APIN através da utilização do regulamento de serviços em vigor e que já foi referido. Relativamente às alterações do tarifário, informou que é uma incumbência dos órgãos autárquicos e só houve uma no ano de dois mil e vinte á qual a Assembleia Municipal se pronunciou. As outras situações que existiram não decorrem de alteração de tarifário, mas trata-se de subsídio ou apoio relativamente ao tarifário em vigor no âmbito das medidas de apoio provocadas pela pandemia Covid-19. -----

**O Senhor Presidente da Mesa** agradeceu a intervenção dos munícipes e informou que fica vedado o acesso á participação nesta assembleia, a partir deste momento, podendo continuarem a assistir através das redes sociais, como está a acontecer com os restantes munícipes/cidadãos interessados. ----

Seguidamente, foi colocado à votação o projeto de ata número dezoito referente à sessão ordinária, realizada no dia dez de dezembro do ano de dois mil e vinte, tendo sido aprovada por maioria com 3 (três abstenções) do PSD e 11 (onze) votos a favor do PS e BE, quando estavam presentes com legitimidade de voto, nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, catorze elementos eleitos da Assembleia Municipal. -----

**O Senhor Presidente da Mesa** informou o plenário de que conforme email remetido aos líderes dos partidos com assento nesta assembleia, a **Mesa** recebeu uma proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, solicitando que seja retirado o ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos – “Apreciação e votação da delimitação da área de contenção para a instalação de Alojamento Local na



LOUSÃ  
MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aldeia do Talasnal". Os argumentos apresentados neste pedido do Executivo mereceram a atenção da **Mesa**, e por isso foi remetida a proposta aos membros da Assembleia Municipal, a fim de ela tomarem conhecimento atempado e poder ser hoje votada. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (Doc. nº 1 (um)).-----

Colocada à votação da assembleia, a aceitação desta proposta no sentido de que o ponto nº 3 - fosse retirado da Ordem de Trabalhos, foi aprovada com 23 (vinte e três) votos a favor do PS e PSD e uma abstenção do BE.-----

**Aires Ventura** pediu a palavra para defender o sentido do seu voto de abstenção relativamente á proposta da retirada do ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos, dizendo que não a recebeu, previamente, pelo que desconhecia o seu conteúdo.-----

**O Senhor Presidente da Mesa** esclareceu **Aires Ventura** de que a proposta foi remetida aos líderes de todos os partidos com assento na Assembleia Municipal, eventualmente, poderia ter existido algum lapso relativamente ao envio para o BE, no momento não tinha condições de descodificar, pelo que, posteriormente, iria questionar e daria conhecimento a todos do encaminhamento prestado á proposta.-----

**O Senhor Presidente da Mesa** nos termos da alínea d) do artigo 19º do Regimento da Assembleia Municipal passou à leitura e votação do Voto de Pesar apresentado à **Mesa** e que foi remetido a toda a assembleia. Deu a palavra ao Grupo Municipal do PS, na pessoa de **João Pedro Melo**, na qualidade de proponente, para leitura do Voto de Pesar pelo falecimento do bombeiro Subchefe José Lopes.-----

**João Pedro Melo** apresentou a proposta de um Voto de Pesar com o seguinte teor: "*Bombeiro Voluntário desde 1993, o Subchefe José Lopes faleceu, de*

forma prematura, aos 42 anos de idade, no passado dia 17 de Fevereiro. Ingressou no Corpo de Bombeiros Municipais da Lousã em 1993, Instituição a que dedicou toda a sua vida, de forma altruísta e empenhada. Com efeito, a José Lopes, é reconhecido o seu especial contributo para a prossecução dos fins e objetivos deste Corpo de Bombeiros, com ênfase pela sua competência, empenho, dedicação e exemplo. Homem humilde e gerador de consensos, com uma postura irrepreensível, integrava atualmente a equipa responsável pela elaboração das escalas de serviço. Assim, a Assembleia Municipal da Lousã, reunida no dia 25 de Fevereiro de 2021, deliberou aprovar um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Subchefe José Lopes e manifestar à sua família e ao Corpo de Bombeiros Municipais, as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar". Lousã, 25 de Fevereiro de 2021". (Documento integralmente transcrito, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (Doc. nº 2 (dois)).-----

Colocado à votação o Voto de Pesar pelo falecimento do Subchefe José Lopes, foi aprovado por unanimidade e será dado conhecimento do ato à família.-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**Inscrições:** Helena Correia, João Duarte, Isabel Neves, Joaquim Seco, António José Gonçalves, Luís Martins, Margarida Correia, Ana Paula Sançana, Joel Fernandes e João Pedro Melo.-----

**Helena Correia** usou da palavra começando por cumprimentar os intervenientes na sessão, por videoconferência, e a todos quantos estavam a acompanhar a sessão através das redes sociais. Seguidamente fez referência à realização do último ato eleitoral " PR 21", eleições Presidenciais, realizadas no passado dia vinte e quatro de janeiro, enaltecendo a organização de todo o processo pela Câmara Municipal com o apoio das diferentes Juntas de Freguesia do Concelho e a forma calma e segura como o mesmo decorreu, inspirando confiança a todos os munícipes. Realçou a forma como está a ser




LOUSÃ  
MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realizado o processo de vacinação em curso contra a Covid-19, aos munícipes mais idosos, instalado no Parque Municipal de Exposições com a devida garantia de segurança e segundo as normas recebidas do Centro de Saúde. Desejou que este processo continue a decorrer da melhor forma e que possa tranquilizar os munícipes, com este contributo, para mitigar a pandemia. Valorizou o trabalho de equipa que tem sido desenvolvido entre a Câmara Municipal e todas as Juntas de Freguesia do Concelho. Destacou algum trabalho executado provocado pelas intempéries dos últimos dias, nomeadamente, a cedência do equipamento que a Câmara Municipal dispõe. Relativamente a obras, questionou o **Senhor Presidente da Câmara** se os trabalhos do Metro Mondego estão a funcionar como o previsto e pediu o ponto de situação em relação à Regeneração Urbana, adiante designada por RU. Destacou com especial interesse, o assunto da desagregação da União das Freguesias, informando que foi dado o primeiro passo uma vez que o projeto lei do governo foi aprovado, e está em discussão na Comissão Parlamentar. Reconheceu que este processo deveria ter tido outro desenvolvimento, todo o modo, registou com agrado que tivesse sido dado este primeiro passo. Acerca do seu desenvolvimento informou que recebeu uma comunicação do Grupo Parlamentar do PCP, não tendo mais informações, por isso, perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se pode adiantar mais algumas considerações em relação a este processo. A concluir deixou uma lista com as necessidades de realização de trabalhos na freguesia, registando, desde logo, com agrado que a questão de Cornaga, em Ceira dos Vales, esteja resolvida. Perguntou se já há alguma solução para a derrocada na Estrada Municipal 555, a caminho de Vale Maceira e solicitou pavimentação de vias, nas Fórneas, em Vilarinho, nomeadamente, na Rua do Lagar, na Rua Álvaro Viana de Lemos e toda a zona do Penedo e Relvas do Freixo.-----

**João Duarte** tomou a palavra cumprimentando a todos e dirigindo-se aos Lousanenses disse, citando: "*Caros Lousanenses, em primeiro lugar quero dizer que o Grupo Municipal do PSD entende que este é um dia importante para a*



*democracia especialmente para os Lousanenses. Hoje, vários Lousanenses podem assistir á transmissão em direto desta assembleia, ficar a saber o que nela debatemos e aprovamos. Não obstante, o dever desta assembleia passa por fiscalizar a atividade do Executivo e tornar as decisões políticas mais transparentes, transparência essa que devemos fazer chegar aos Lousanenses. A Assembleia Municipal é o órgão mais importante do Poder Local e por isso, todos os Lousanenses com meios disponíveis para o efeito podem assistir a esta e a futuras sessões. Este é o modelo de transmissão há muito defendido pelo PSD Louçã que nos faz recuar aos tempos em que as reuniões da Assembleia Municipal eram transmitidas na rádio local. Por fim, quero desejar a todos os membros desta assembleia uma excelente reunião."*-----

**Isabel Neves** interveio endereçando cumprimentos a todos os intervenientes na sessão por videoconferência, colaboradores da autarquia, á comunicação social e a todos os cidadãos que estão a ouvir e a ver através da rede social Facebook. Seguidamente, referiu a notícia que veio a público e que diz respeito à aprovação do lançamento do concurso público pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, adiante designada por CIM-RC, que reuniu dezanove concelhos, para elaboração de um estudo de viabilidade de implementação de uma variante à Estrada Nacional 17, a sul do IP 3, ou seja, de uma ligação entre o Nó de Ceira da A13 e a Ponte Velha – Louçã, incluindo, também, a ligação de Vila Nova de Poiares ao IP 3 – IC 6. Afirmou que a CIM - RC, em boa altura decidiu pôr em prática este estudo de um projeto essencial para o desenvolvimento da região de Coimbra e segundo apurou, poderá futuramente ter condições para concorrer ao financiamento de fundos comunitários desta década, nomeadamente, através do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e do Portugal 2030. Lembrou que a EN 17 é problemática com tráfego elevado devido à circulação de veículos pesados, onde ocorrem, frequentemente, acidentes, alguns dos quais com vítimas mortais e com alguns percursos perigosos sem possibilidade de ultrapassagem com segurança, onde se inclui o percurso da Louçã – Coimbra que tem constituído ao longo destes anos um fator negativo para o




LOUSÃ  
MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvimento económico e social do Concelho da Lousã. Por estas razões, declarou que a bancada do PS, na Assembleia Municipal da Lousã, deixou uma palavra de apreço e de reconhecimento á CIM - RC e a todos os seus dezanove municípios que a constituem, e onde se inclui o Município da Lousã, por esta iniciativa esperando que este estudo possa viabilizar a obra em causa e que se venha a concretizar num futuro muito próximo para bem de todos. ---

**Joaquim Seco** usou da palavra começando por cumprimentar a todos os que conjuntamente estão reunidos por videoconferência, aos colaboradores da autarquia que estão a prestar apoio a este trabalho, bem como a comunicação social e toda a comunidade que estivesse a ver e ouvir a emissão. Seguidamente, dirigiu-se ao **Senhor Presidente da Câmara** para dizer que a direção da Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, adiante designada por ADIC e seus associados têm conhecimento do empenho que o Município tem tido nas diligências no sentido do alargamento da Rua do Outeiro, em Vilarinho, entre a sede dos Baldios e as instalações do Clube Recreativo Vilarinhense, que dá acesso ao novo Centro Social. Perguntou, então, se já existe algum desenvolvimento sobre a possibilidade do alargamento dessa via. Relativamente à freguesia de Vilarinho, afirmou que enquanto vilarinhense continua motivado e mandatado, enquanto parte ativa do Movimento Cívico Refutar pela restituição do estatuto da freguesia de Vilarinho, para solicitar esclarecimentos sobre este processo. Afirmou que a poucos meses da realização das eleições autárquicas, o processo continua a penalizar as pessoas de Vilarinho, porque não teve desenvolvimento substantivo apesar das diligências dos órgãos autárquicos. Fez uma extensa dissertação relativamente ao desenrolar deste processo e das consequências e impactos negativos que implica para a população de Vilarinho este constante adiar de resolução do processo e questionou o **Senhor Presidente da Câmara** se Vilarinho conseguirá ir a sufrágio eleitoral para as eleições autárquicas que terão lugar este ano, com o estatuto de freguesia.-----

**António José Gonçalves** cumprimentou a todos, especialmente a quem os seguia nas redes sociais, citando: "e não esquecer que esta foi uma bandeira,

uma luta do PSD durante meses". Declarou que em nome do Grupo Municipal do PSD, comunicava o seguinte, citando: "no dia vinte e oito de setembro do ano de dois mil e vinte foi noticiado em vários jornais a proibição das Câmaras Municipais contratarem empresas de Presidentes de Junta de Freguesia do Município. Segundo o Supremo Tribunal Administrativo, de cada vez que um Presidente de uma Junta de Freguesia é contratado para prestar algum serviço á Câmara Municipal a que pertence incorre numa situação de conflito entre os seus próprios interesses empresariais e o interesse público do município a que pertence. Os Presidentes de Junta fazem parte da Assembleia Municipal daí o conflito, entende o Tribunal. Em termos legais, esta questão já estava consagrada na Lei nº 52/2019 de 31 de julho, onde no artigo 9º, refere no nº 2 que os titulares de cargos políticos ou de altos cargos públicos de âmbito nacional, por si ou nas sociedades em que exerçam funções de gestão, e as sociedades por si detidas em percentagem superior a 10 % do respetivo capital social, ou cuja percentagem de capital detida seja superior a EUR 50.000.00 (cinquenta mil euros) não podem: a) Participar em procedimentos de contratação pública; b) Intervir como consultor, especialista, técnico ou mediador, por qualquer forma, em atos relacionados com os procedimentos de contratação referidos na alínea anterior, sendo, no nº 3 - O regime referido no número anterior aplica-se às empresas em cujo capital o titular do órgão ou cargo, detenha, por si ou conjuntamente com o seu cônjuge, união de facto, ascendente e descendente em qualquer grau e colaterais até ao 2.º grau, uma participação superior a 10 % ou cujo valor seja superior a EUR: 50.000.00 (cinquenta mil euros). Dado que uma das funções mais importantes da Assembleia Municipal, embora alguns membros eleitos se esqueçam, é a função de fiscalização. Nós, quando consultamos a base de dados pública online estranhámos e deparamo-nos sempre com situações que suscitam imensas dúvidas. Assim, eu gostaria de questionar o **Senhor Presidente** e queria que nos respondesse. É possível, ao abrigo da lei, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras, Sandra Margarida Carvalho Fernandes, ter estabelecido e assinado, no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e



MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um, um contrato de empreitadas de obras públicas como representante legal da empresa Sétimo Sentido, Ld.ª? Segundo apuramos esta empresa foi constituída em setembro de dois mil e doze onde a Senhora Presidente consta como sócia com quotas no valor de quinze mil euros. A obra é referente à requalificação, beneficiação e ampliação do Pavilhão Desportivo nº 2, alterações aos balneários e, neste caso até poderia acontecer ser o orçamento muito mais barato, mas nunca sabemos dado que a obra foi, para nos pasmar, por ajuste direto. Não vamos contestar o mérito da empresa para a realização desta obra, mas dizer que, no mínimo, é preocupante. Não haver no concelho mais nenhuma empresa com capacidade de executar a obra, não haver nenhuma empresa no concelho que não tivesse membros ligados ao Poder Local para irem escolher uma em que existe um flagrante conflito de interesses consagrado, repito, na legislação. Assim, questiono uma vez mais o **Senhor Presidente da Câmara** sobre este contrato e questiono o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, dado que é o representante máximo deste órgão que diligências vai tomar face ao que estamos a equacionar e a questionar. Parece-nos, **Senhor Presidente**, que a gravidade provocada pela falta de transparência obriga a uma denúncia por parte do PSD aos órgãos competentes, julgo que é ao Ministério Público e que o contrato celebrado ultrapassa os limites da razoabilidade de boa-fé, e a nosso ver preenche ilícitos criminais que, a serem provados implicarão independentemente da responsabilidade civil e criminal a perda de mandato nos termos do nº 2 do artigo 8º da Lei da tutela administrativa. Não querendo colocar a questão do preenchimento do ilícito criminal, achamos imprescindível dizer que o PSD denunciará o negócio celebrado aos órgãos judiciais competentes para a correta e a efetiva reposição da legalidade. O nosso dever, o dever de qualquer cidadão, o nosso dever enquanto cidadãos e membros eleitos da Assembleia Municipal irá cumprir-se em sede e instâncias judiciais e a boa decisão da causa irá ao competente Tribunal. Para terminar esta exposição, informamos que o Grupo Municipal do PSD irá pedir esclarecimentos mais concretos sobre estes contratos públicos celebrados pela autarquia,



publicados no Portal, dos contratos públicos online que se afigurem, a nosso ver, alvo de algumas dúvidas". -----

**Luís Martins** interveio começando por cumprimentar a todos os elementos que se encontravam em videoconferência e ao público presente nas redes sociais, comunicação social e colaboradores da autarquia. Seguidamente, fez uma referência à Associação de Música Portuguesa a Gostar Dela Própria, que desde o ano de dois mil e onze tem realizado um trabalho que visa criar a consciencialização para o conhecimento e a importância do património vivo, e, muitas vezes esquecido, de tradição oral antiga, romances, contos, práticas sacro-profanas, músicas, danças e, também, gastronomia. Disse que esta consciencialização é um mecanismo de alfabetização da memória e lembra que é urgente documentar, gravar e virtualizar os fragmentos da memória de um povo que é nosso. Disse que esta referência que acabou de fazer está registada no site da Associação. Informou que esta associação e a Câmara Municipal da Louçã em articulação com o programa Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS 4G, Associação Activar e Rede Cuidas encontram-se, neste momento, a gravar as memórias, estórias e cantares junto da população do Concelho da Louçã com a temática - "É tempo de dar tempo às estórias, aos cantares e aos saberes", e conta até ao momento com mais de vinte projetos Lousanenses que relatam as suas estórias, suas músicas, tradições e experiências de vida dando ênfase aos valores socioculturais da região e podem ser vistos, além da página oficial de Facebook da autarquia, no site a Música Portuguesa a Gostar Dela Própria.org e, também, na página da Música Portuguesa a Gostar Dela Própria, na RTP Play. Concluiu sugerindo que todos possam dedicar algum tempo a este projeto. -----

**Margarida Correia** tomou a palavra começando por cumprimentar a todos e formular votos para que todos se encontrassem bem e em segurança. Em seguida, afirmou que, contrariamente, ao que alguns pretendam crer fazer parecer, a democracia não é desígnio de nenhuma bancada municipal desta assembleia. Em nome do PS deixou o reconhecimento à assembleia e ao município pela disponibilização dos meios necessários para se poder realizar a



sessão com recurso aos meios tecnológicos. Adiantou que, este mecanismo é muito útil, mas não é perfeito, e gostava que assim que fosse possível trabalhar em segurança, tomar o modelo presencial para que, quem não tem ainda possibilidade de poder acompanhar estes trabalhos através dos canais digitais se possa fazer presente. Em seguida, fez uma referência aos apoios da autarquia no âmbito da Covid-19 e mencionou o centro de testagem, celebrado através de protocolo com laboratório local e que se encontra instalado junto ao Parque Municipal de Exposições, equipamento municipal com boas características para o efeito pela sua dimensão e espaços de recobro e espera. No seu entendimento, é uma resposta importante no seguimento da orientação no reforço da capacidade de testagem que é muito importante para o controlo da situação epidemiológica e que, desta forma, dá resposta às solicitações, não apenas aos munícipes do concelho, mas também de territórios contíguos. Relativamente à vacinação, disse ser com muito agrado que vê o esforço e empenho da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e parceiros das Redes Sociais porque, para além do centro de vacinação já mencionado permitiu a instalação de um serviço de call center que entra em contacto com os utentes a vacinar e inclusivamente presta apoio á população com dificuldade de mobilidade e transporte. Perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se pode prestar mais informações sobre o ponto de situação deste processo de vacinação e o universo de população já vacinada. Na área da educação, fez uma referência ao apoio prestado pela autarquia, tendo em conta a interrupção de aulas presenciais e a disponibilização de instrumentos informáticos. Deu nota que tem conhecimento da entrega de cabazes de produtos alimentares aos alunos do primeiro ciclo e pré-escolar, com escalões A e B e relativamente aos alunos dos restantes ciclos de ensino com regime de take-away. Na área económica destacou a criação do Fundo Municipal de Apoio à Atividade Empresarial enquanto mecanismo complementar aos apoios definidos pelo Estado Central e mencionou duas iniciativas em articulação com a AESL – Associação



Empresarial Serra da Lousã: "FicaEmCasa – Nós Entregamos" e a dinamização da plataforma "Compre Cá.pt". -----

**Ana Paula Sançana** apresentou cumprimentos a todos os que se encontram em reunião, por videoconferência, e ao público que seguia a emissão da sessão através das redes sociais. Recordou que na sessão da Assembleia Municipal realizada em junho do ano do ano passado, o Grupo Municipal do PSD apresentou uma moção para que este momento pudesse ser possível. No seu entendimento, não é apenas devido à conjuntura que se está a viver com a pandemia da Covid-19, porque estão a assistir, neste momento, cento e cinquenta pessoas, facto que considera de grande realce e demonstração de interesse. Recordou que é membro desta Assembleia Municipal há cerca de doze anos e nunca viu tanto público a assistir, só por isso, demonstra a importância de se utilizarem reuniões através destes novos meios de comunicação. Seguidamente, fez uma reflexão sobre o momento difícil de pandemia que está a viver, onde a saúde é um negócio. Disse ser um problema a nível mundial chocante o que está a acontecer com as vacinas, apesar de todas as diligências do governo português e onde há países que se conseguem sobrepor porque o capital fala mais alto. Deu nota que o processo é assustador na medida em que, havendo disponibilidade de cura, esta não está disponível a todos por causa de questões financeiras. Lamentou, também, o facto de alguns membros do governo terem colocado o ónus da situação nos portugueses, como se fossem as pessoas que tivessem a culpa da evolução da situação pandémica. Não gostou como o governo analisou o problema. Posto isto, disse que apesar de já ter sido abordado o assunto, reiterou que nunca será demais repeti-lo e mencionou o processo da Estrada da Beira onde há muitos anos o PSD se debate por uma alternativa. A Louçã tem sido fustigada por problemas de acessibilidades, como o Metro Mondego e Estrada da Beira e ao longo do tempo, o Eng.º Pedro Curvelo ex-autarca do PSD, defendeu, e muito bem, com propostas concretas relativamente à Estrada da Beira, por isso, sente uma enorme satisfação verificar agora que a CIM - RC anunciou o concurso público para um estudo de viabilidade para a



MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

variante EN 17 esperando que a solução avance. Disse estar expectante que não seja apenas um estudo como tem acontecido em várias alturas em matéria de acessibilidades, porque mais do que necessitar, e rapidamente, a Louçã merece esta solução. Sublinhou que a falta de acessibilidades tem travado de forma vincada o desenvolvimento a alguns níveis dos concelhos que dela se servem. Relativamente à petição pública, comunicou que o PSD vai defender o documento no ponto nº 8 da Ordem de Trabalhos, razão pela qual não abordava o assunto neste momento.-----

**Joel Fernandes** apresentou cumprimentos a todos os membros da assembleia em videoconferência, trabalhadores da autarquia que asseguram esta transmissão e os trabalhos desta assembleia e o público que hoje assiste em número maior que o habitual através das redes sociais. Recordou que o motivo pelo qual estão reunidos desta forma não é bom, no entanto, e tal como afirmou **Ana Paula Sançana**, já tinham iniciado e aprovado uma proposta para se dar início às transmissões das sessões. Informou que, entretanto, agendaram uma reunião que não se concretizou por falta de elementos pelo que, oportunamente, será realizada outra para que este processo deixe de ser pontual e passe a ser permanente. O motivo deste modelo de reunião, é a pandemia que afeta a todos de forma indiscriminada e pelo mundo inteiro e será o maior desafio coletivo a ultrapassar com o esforço individual de cada um. Os organismos e entidades oficiais têm a responsabilidade e o dever, dentro das suas possibilidades, de mitigar os efeitos nefastos que esta pandemia já está a ter e que ainda terá mais, futuramente. Disse que algumas medidas excecionais de apoio à pandemia da Covid-19, implementadas pela Câmara Municipal, já foram mencionadas por **Margarida Correia** mas o trabalho não parou, e por isso, o Grupo Municipal do PS exortou o Executivo Municipal a aplicar medidas consideradas adequadas e ponderadas para contribuir para que na Louçã se continue a combater a pandemia ao nível da saúde e economia. Alertou que o momento difícil será após o desconfinamento porque, a partir daí, virão os maiores desafios onde a responsabilidade individual de cada um será, mais



uma vez, colocada á prova. Seguidamente, referiu-se a um assunto que, disse, tem vindo a todas as assembleias e às quais o PS nunca deixou de se bater por ele, que é o Serviço de Mobilidade entre Serpins – Coimbra, neste momento, com bons desenvolvimentos de obra efetiva no terreno. Entretanto, deu nota que foi dada a boa notícia de que a União Europeia conforme anunciado e previsto, aprovou o financiamento de sessenta milhões de euros para o projeto, reconhecendo assim o mérito da solução proposta. Informou ainda que foi aprovada a rota que ligará este Sistema de Mobilidade aos Hospitais da Universidade de Coimbra. A concluir deu nota de mais uma medida da autarquia que diz respeito à diminuição de 40% nas taxas urbanísticas, sendo este mais um estímulo para quem pretende investir e aplicável aos pedidos de emissão de alvarás de licença de loteamentos urbanos, de obras de urbanização e de obras de edificação e à apresentação de comunicações prévias de loteamentos urbanos, de obras de urbanização e de obras de edificação, enquanto medida excecional de apoio às famílias e às empresas no âmbito do combate às consequências sociais e económicas, decorrentes da pandemia da doença COVID-19.-----

-----  
**João Pedro Melo** tomou a palavra começando por cumprimentar a todos os intervenientes, técnicos e colaboradores da Câmara Municipal que tornam possível esta assembleia e público que esteja a ver e ouvir a emissão. Começou por se referir a este método de reunião em assembleia dizendo que a democracia é muito dinâmica e isto é mais um dos fatores que mostra que a democracia continua a ser a melhor das opções políticas. Apesar disso, entende que não há nada como estar presencialmente. Tem conhecimento que está muita gente a assistir a esta assembleia e lamenta o facto de que nunca assim o seja quando é presencial, porque a democracia plena é no exercício em termos físicos do direito de falar e ser ouvido. Formulou desejos para que as pessoas ganhem o hábito de participar nas assembleias e todos os eventos do concelho. Congratulou-se e saudou a Câmara Municipal pela aquisição de veículos para o Corpo de Bombeiros, nomeadamente, uma

ambulância de socorro para os Bombeiros Voluntários de Serpins e outra para o Corpo de Bombeiros da Lousã e um veículo de transporte de doentes, para além disso a aquisição de equipamentos de proteção individual urbano e, também, em grande quantidade, equipamento de proteção individual para os bombeiros poderem atuar durante o período da pandemia. Informou que a ambulância que a Câmara Municipal adquiriu para os Bombeiros da Lousã, teve uma comparticipação do INEM e vem a substituir a ambulância que está ao serviço nos Bombeiros desde o ano de dois mil e nove. Informou, igualmente, que o Comando dos Bombeiros da Lousã, solicitou à Câmara Municipal que anuiu ao pedido e adquiriu um veículo 4 x 4 com tração integral que teve um acréscimo financeiro. Contudo, afirmou que é desta forma que melhor se pode servir a população. Referindo-se á pandemia e á luta que os bombeiros detêm num período ainda de muitas incertezas, referiu que esta aquisição de equipamento, também, é uma motivação para o Corpo de Bombeiros. Dirigindo-se a todos os membros da assembleia declarou que todos podem e devem estar muito orgulhosos dos dois Corpos de Bombeiros do Concelho da Lousã. Aproveitou a ocasião para manifestar a sua indignação pelo facto de apenas 50% dos bombeiros terem sido considerados "*na frente da linha da frente*" no processo de vacinação. Lamentou, veementemente, a decisão, porque no seu entendimento, não existem 50% de bombeiros a fazer escala, urgência hospitalar e combate aos incêndios urbanos e florestais e, por isso, não aceita a forma como a medida foi tomada. Sabe que nem todos poderiam ser vacinados de uma só vez, mas gostaria que lhes tivesse sido dado um horizonte temporal para a administração de mais vacinas. Registou o papel, sobre esta questão, pela Câmara Municipal da Lousã, desde o seu início e através da pessoa do **Senhor Presidente da Câmara** que tomou uma posição bem clara e firme, entre outras atitudes, porque, como não pode deixar de ser, não pôde concordar que metade dos homens e mulheres que defendem o concelho, não tivessem proteções que todos os outros terão. Declarou que subscreve a carta que o **Senhor Presidente da Câmara** endereçou ao Senhor Primeiro Ministro exigindo a vacinação e sublinhou que



quando a comunicação foi remetida, os bombeiros nem sequer ainda estavam considerados como primeira prioridade. Sobre o Metro Mondego afirmou que é com agrado que vê as obras a avançar e o futuro perspectiva com um serviço de mobilidade regional que vai trazer grande desenvolvimento á região e conforto para a população, por isso augura algo de muito bom apesar das contingências que tem havido em termos de pandemia e, também, financeira, mas, tanto quanto foram informados, a obra vai continuar. Sobre a questão da freguesia de Vilarinho, disse que, citando: *“aquilo que foi uma injustiça cometida por um governo do PSD, se não for rapidamente resolvida será uma injustiça que vai continuar a existir pela mão do PS e, não queremos acreditar que isso vá acontecer”*. A concluir a sua intervenção referiu o orgulho que os Vilarinhenses devem ter na obra de construção do Centro Social que está a ser construída na ADIC que vai ter um grande impacto junto da comunidade. Parabenizou os funcionários, colaboradores, voluntários e membros da direção que estão a erguer aquela obra. Reforçou a necessidade de uma alternativa à EN 17 e disse que é com agrado que reconhece o esforço desenvolvido pelo **Senhor Presidente da Câmara Municipal** para que este estudo tenha avançado esperando que num futuro próximo se veja esta obra no terreno. A concluir deu ainda nota que a Câmara Municipal da Lousã, pelo menos desde o ano de dois mil e cinco, a par com os Vereadores do PSD, defende esta alternativa.-----

**O Senhor Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes e oportunos, neste período antes da Ordem do Dia.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção com os cumprimentos protocolares a todos e começou por se referir à aprovação da retirada do ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos, declarando desde logo o agradecimento ao **Senhor Presidente da Mesa** ter ponderado a argumentação do Executivo e à assembleia por ter aceitado. Esclareceu que a Câmara Municipal entende que são pertinentes os objetivos desta iniciativa,



MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvendo este trabalho com o sentido da preservação e sustentabilidade da aldeia do Talasnal e tudo o que lhe está subjacente, nomeadamente, à sua oferta enquanto produto turístico e por isso, embora não sendo vinculativo, será ouvida a Associação de Recuperação do Talasnal com a perspetiva de se alcançar um modelo de intervenção em que todos se sintam confortáveis e comprometidos e que permita alcançar o propósito comum e fundamental que é a valorização da Aldeia do Talasnal. Reiterou a forma ordeira como decorreram as Eleições Presidenciais em contexto de pandemia. Enalteceu a boa articulação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia para que tivessem sido criadas as condições de segurança à população. Aproveitou para agradecer a todos aqueles que estiveram nos meses de voto, dando um contributo relevante para a democracia neste contexto difícil e de maior condicionamento e aos trabalhadores da autarquia que deram suporte ao ato eleitoral quer no dia, quer em todos os trabalhos de preparação, salientando o voto antecipado que foi implementado. Deu nota que a Câmara Municipal proporcionou meios logísticos para o centro de rastreio através de um protocolo com um laboratório local que junto das entidades competentes obteve certificação para tal. A Câmara Municipal viu com interesse esta colaboração, não apenas para facilitar os munícipes Lousanenses, como os concelhos limítrofes. Relativamente ao processo de vacinação informou que a Câmara Municipal está empenhada a criar as condições da forma mais colaborante para que o processo decorra da melhor maneira. Deu nota que a quantidade de vacinas que estão a chegar é inferior em 50% ao que estava previsto, lamentando os interesses que se sobrepõem ao interesse público. No Concelho da Lousã estão criadas todas as condições logísticas, não apenas de espaço, mas, também, de trabalho para as equipas que estão neste processo de vacinação. Salientou a boa colaboração que tem existido com as autoridades locais de saúde e o Centro de Saúde da Lousã, relativamente a este processo. Informou que da parte da Câmara Municipal, não é só cedência e adaptação do espaço físico, é, também, e sempre com a coordenação do Centro de Saúde, a prestação do

auxílio ao contacto e transporte dos cidadãos, especialmente, os mais idosos com a colaboração da Rede Social, Junta de Freguesia e bombeiros no que respeita a transporte em ambulância, dado que não é permitida vacinação ao domicílio. Deu nota que está a acabar um primeiro ciclo de vacinação ao segmento da população considerada como prioritária e começará outro, na próxima semana, também já foram vacinados os utentes e profissionais das estruturas residenciais para idosos, ARCIL, parte do Corpo de Bombeiros do concelho e forças de segurança. Informou sobre os apoios que a autarquia tem vindo a prestar na área da educação, e no âmbito das medidas de apoio às famílias e comunidade educativa. Disse que a Câmara Municipal, em articulação com o Agrupamento de Escolas da Lousã, forneceu, pela terceira semana consecutiva desde que as aulas presenciais foram interrompidas, cabazes de alimentos às crianças e alunos do Pré-Escolar da rede pública e do 1º ciclo do Ensino Básico - Escalão A e B, foram distribuídos cabazes constituídos por diversos géneros alimentares. Esta medida, além de ser uma resposta social a famílias em maior vulnerabilidade, surge como alternativa à possibilidade de requisitar e levantar as refeições, presencialmente, nas cantinas escolares, evitando deslocações desnecessárias e difíceis para as famílias com crianças mais pequenas. Disse ainda que, para os alunos dos restantes ciclos de ensino ainda está a ser fornecida diariamente a refeição em regime take-away. Informou, também, que a Câmara Municipal da Lousã aderiu ao serviço educativo "Escola Virtual", garantindo a todos os alunos do pré-escolar, ensino básico e do ensino secundário e docentes o acesso gratuito a esta plataforma de apoio ao estudo e a um conjunto diversificado de ferramentas, conteúdos multimédia e recursos digitais. A adesão a esta plataforma educativa digital significou um investimento de EUR: 31 843,85, (trinta e um mil oitocentos e quarenta e três euros e oitenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA. Com este serviço, os professores e alunos têm a possibilidade de usufruir de um acesso individualizado, bem como de se relacionarem e comunicarem usando esta plataforma, num ambiente seguro, com soluções de gestão da aprendizagem e com os recursos educativos



adequados aos vários ciclos de ensino e diferentes áreas disciplinares. A "Escola Virtual" enquadra-se nas Medidas Municipais de Promoção do Sucesso Educativo e é uma ferramenta que tem por objetivo possibilitar a adoção de estratégias pedagógicas inovadoras. Na área cultural e recreativa, foram concedidos apoios extraordinários. Na área social, Medidas de Apoio Pontual em Situação de Emergência Social, o Centro de Recursos de Apoio Alimentar, a atribuição de Vales de Compras a famílias em situações específicas de grave carência económica, entre outros apoios. Ao nível do apoio empresarial, foi estabelecida uma parceria com a AESL – Associação Empresarial Serra da Lousã. Referiu que estes apoios contemplam diversas ações de promoção e apoio aos empresários locais, com especial destaque ao comércio tradicional e serviços, como a implementação da iniciativa "#fique em casa – nós entregamos", que regista já mais de mil entregas de refeições, implementação e dinamização da plataforma "compreca.pt" e promoção de atividades de apoio ao comércio tradicional. Referindo-se, ainda, á pandemia afirmou que todos têm responsabilidades, realçando que só é possível ultrapassar isto da melhor forma, especialmente no que diz respeito à segurança e saúde de todos, se todos tiverem a máxima responsabilidade. Alertou para o facto de que, apesar dos números estarem a diminuir e a vacinação a decorrer, não se pode baixar a guarda e todos têm que continuar a cumprir as recomendações básicas do uso da máscara, higienização e o distanciamento físico, possível. Sobre a ocorrência de intempéries, disse que este mandato tem sido fortemente fustigado, começando pelos incêndios em outubro do ano de dois mil e dezassete, várias tempestades, nomeadamente, a Elsa, Leslie e Karim com os diferentes impactos que cada uma delas tem tido, acrescentando a isto, um ano em pandemia provocada pela Covid-19, significando, por isso, um esforço acrescido para todas as autarquias locais na recuperação dos danos que só é possível mitigar com a colaboração entre todas. Relativamente ao Metro Mondego, informou que os trabalhos da empreitada Alto de S. João – Serpins, estão em desenvolvimento e com expressão em vários pontos do concelho,



nota que serão levadas a cabo algumas pavimentações de rede viária em todo o Concelho da Lousã, entre as quais se inclui a Rua do Lagar, em Vilarinho. Há situações em que não será possível executar, intervenções no imediato, ainda assim, estão devidamente identificadas e algumas, inclusivamente, já estão orçamentadas, mas não é possível realizar tudo ao mesmo tempo, pelo que a Câmara Municipal e Junta de Freguesia vão dando prioridade às necessidades mais prementes. Sobre a EN 17 e da sua importância para o concelho e para a região, disse ser um processo com uma longa história, como referiram e bem os membros da assembleia que intervieram sobre este assunto. Disse que esta concretização deve ser vista, independentemente, de todas as iniciativas e de todas as ideias válidas, como resultado do forte empenho e diligências públicas dos Municípios da Lousã, Vila Nova de Poiares, Góis e Arganil que prevê ainda uma melhor ligação ao IP 3 e que surgiu dada a impossibilidade de ligação Coimbra – Viseu. Destacou um conjunto de iniciativas levadas a cabo pelos Municípios da Lousã e Vila Nova de Poiares que levaram a CIM - RC a entender a pertinência deste projeto para a região, tornando-se outorgante do protocolo perante as Infraestruturas de Portugal. Sublinhou que, infelizmente, e contrariamente ao que todos gostariam, não será para uma rápida concretização. É um processo que irá demorar algum tempo, porque se trata de um estudo denso e com pormenor que visa um projeto com maior rapidez, mas que não é para já. Será muito difícil incluí-lo no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, porque este plano tem como um dos principais critérios, projetos ou obras que sejam concretizadas até dois mil e vinte e seis. Informou que a Câmara Municipal tem vindo a fazer diligências para o alargamento da Rua do Outeiro, que para além de moradias, serve o Clube Recreativo Vilarinhense e as futuras instalações da ADIC. Informou que tem havido diálogo com os proprietários dos terrenos e, até ao momento, não houve resposta à última proposta apresentada pela Câmara Municipal desejando ser conciliável à conjugação de interesses de ambas as partes. Em relação à intervenção de **António José Gonçalves**, começou por afirmar que existe transparência por parte da



**LOUSÃ**

MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Wadwe*  
A

autarquia, caso contrário, não teria tido acesso a informações de que dispõe. Informou que o procedimento a que se refere diz respeito a uma ação complementar que decorre de uma intervenção no pavilhão nº 2 da Lousã. Esclareceu que o procedimento inicial foi alvo de consulta a mais do que uma entidade, e este é um procedimento de trabalhos complementares relativamente a uma intervenção mais alargada e de maior dimensão financeira. Relativamente às assinaturas e participantes na decisão, que foi a questão suscitada, informou que de momento não tem presente, mas que poderá ser verificada, a eventual incompatibilidade. Entende como pertinente as questões serem colocadas, porque como referiu uma das competências da Assembleia Municipal é a fiscalização do órgão Executivo. Disse, no entanto, não concordar "com o tom e quase a sentença que ditou". Reiterou que não é bom para a democracia que seja feita dessa forma este tipo de observações, independentemente da questão suscitada que pode e deve ser conhecida, como **António José Gonçalves** já a conhece e teve acesso à informação que lhe permitiu fazer estas considerações. Disse que o Executivo irá verificar e estará disponível para que a Assembleia Municipal e outras entidades queiram verificar a informação, tanto neste, como em outros processos no âmbito da atuação geral da autarquia. Relativamente ao projeto "Música Portuguesa a Gostar Dela Própria", afirmou ser bastante interessante, não só pela grande dimensão cultural, mas pelo atual contexto de pandemia. Foi um objetivo da Câmara Municipal para combater o isolamento social das pessoas, em fase de confinamento. Sobre as viaturas adquiridas, informou que é mais um investimento da Câmara Municipal em mais de cento e vinte mil euros, para a capacitação dos Corpos de Bombeiros, a fim de desempenharem com qualidade a sua missão e as melhores condições possíveis para prestação de socorro e cuidados à população. Concluiu a sua intervenção realçando a importância do equipamento da ADIC. -----



**Ana Paula Sançana** intercedeu junto da **Mesa** a informar que **António José Gonçalves** estava a solicitar a palavra antes de se entrar no período da Ordem de Trabalhos, mas não estava a conseguir comunicar.-----

**O Senhor Presidente da Mesa** anuiu em dar a palavra a **António José Gonçalves**, solicitando-lhe que fosse breve na intervenção. -----

**António José Gonçalves** interveio para dizer que pretendia dar uma achega ao **Senhor Presidente da Câmara** e, citando: *"temos pena se não gostou do meu tom de voz, temos pena, mas não estou a pensar que o **Senhor Presidente** vá votar em mim nas próximas eleições autárquicas. Dizer-lhe **Senhor Presidente** que eu tenho o contrato comigo e estou disposto a partilhar consigo, provavelmente, um contrato que o Senhor assinou ainda há bem pouco tempo e, dizer-lhe, também, porque... quais são os critérios de avaliação destes ajustes diretos, houve ou não houve outras empresas, portanto, esclareça lá a situação e espero agora que o meu tom de voz tenha sido de acordo com as suas expetativas. Penso que é só. Só dizer basicamente que tenho o contrato comigo, posso partilhar"*. -----

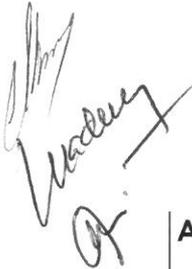
**O Senhor Presidente da Mesa** informou que o assunto já tinha sido respondido mas dava a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, caso desejasse acrescentar mais alguma coisa acerca desta interpelação.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** interveio dizendo que como se pode verificar, e agora veio reiterar, existe transparência, uma vez que tem o contrato na mão. Todas as restantes questões informou que terão que ser verificadas da forma correta e não da forma em que foi apresentada.-----

**PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**1** – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira, (doc. nº 3 (três)).-----

**Inscrições:** Aires Ventura, António José Gonçalves, Paulo Simões, Dilene Gonçalves, Ana Paula Sançana, Joel Fernandes e João Pedro Melo.-----



**Aires Ventura** apresentou cumprimentos a todos e seguidamente censurou a forma como continua a vir descrita a atividade municipal. Na sessão anterior, o **Senhor Presidente da Câmara** disse que havia possibilidades de melhorar, mas não se veio a concretizar, por esse motivo solicitou que, futuramente, tivesse em consideração os conteúdos relativos às reuniões enunciadas no documento. Em seguida, na parte relativa à situação dos projetos, empreitadas e candidaturas em Execução/Elaboração, uma vez que não tem nenhuma informação sobre o assunto, solicitou mais esclarecimentos sobre a Rede Ciclável Urbana da Louçã – Consolidação de Interfaces, nomeadamente, em que local e em que forma vai ser executada. -----

**António José Gonçalves** interveio para colocar diversas questões e, uma vez que a assembleia está a ser difundida nas redes sociais, fez uma retrospectiva da sessão de dezembro para as pessoas perceberem o contexto das suas dúvidas e questionou o valor de EUR: 10.500.00 (dez mil e quinhentos euros), inscritos na base Gov que afinal era respeitante a iluminação de natal do ano de dois mil e dezanove e não do carro em sorteio de Natal. Assim, perguntou ao **Senhor Presidente** por que razão só no ano de dois mil e vinte, um ano depois, é que este valor foi inscrito na base, suscitando com isso algum ruído e lapsos. Assim sendo, perguntou aonde é que está inscrito na base Gov., os EUR: 10.500.00 (dez mil e quinhentos euros) referentes à aquisição do carro sorteado no Natal do ano de dois mil e vinte. Disse que o **Senhor Presidente** na sessão de dezembro, equivocou-se nos esclarecimentos prestados sobre este valor e, por isso, apresentou desculpas ao Grupo Municipal do PSD que, embora aceitasse as desculpas, não perdoa a *“arrogância e a sua prepotência como falou sobre esta situação”*. Questionou o **Senhor Presidente** sobre a inscrição na base Gov., da reparação de uma caixa, não sabe se é uma caixa de velocidades, ou de carga, da viatura 07-SQ-21, no valor de EUR: 8.200.00 (oito mil e duzentos euros), mais IVA. Perguntou pelo ponto de situação das obras do cineteatro e qual a derrapagem financeira do orçamento inicial. Recordou o assunto das “janelas” do edifício da Câmara Municipal que o **Senhor Presidente** disse que iriam ser substituídas, mas não neste mandato. Pediu para



que esclarecesse os Lousanenses quanto é que isso vai custar ao erário público, ainda que no mandato seguinte. Perguntou quando se iniciam as obras do Mercado Municipal e quando se iniciam as obras da "Casa da Lagartixa" e o museu anexo. Relativamente à Zona Industrial, perguntou se há novas empresas instaladas, porque em algumas assembleias atrás, deu nota que iriam ser criadas mais algumas empresas. Sobre as iluminações de natal, disse que o problema se repetiu, ou seja, só no final do mês de janeiro foram retiradas. A terminar, referiu-se às traseiras da Santa Casa da Misericórdia e Parque do Regueiro, local onde foram abatidos freixos e demonstrou tristeza pelo facto de não terem sido plantados novos freixos, numa zona tão bonita quanto aquela. Formulou votos para que este alerta ainda chegue em tempo de fazerem essa correção. -----

**Paulo Simões** apresentou cumprimentos e dirigindo-se a todos quantos os estavam a ouvir e a ver disse que vai manter a sua postura. Não aproveitando o facto de ter pessoas online para esta assembleia para ter "palco". Estando a poucos meses de eleições autárquicas, entende porque é que isto acontece e mais não diz. Congratulou o Executivo Municipal pelo seu esforço que resultou com a abertura do concurso para a requalificação da Escola Secundária da Louçã, obra que importará em cerca de dois milhões e trezentos mil euros sendo uma boa notícia e uma grande obra para o desenvolvimento do concelho. Adiantou que a requalificação da Escola Secundária vai permitir melhor conforto, segurança, qualidade para os alunos, funcionários e corpo docente. Mais uma prova que o Executivo socialista continua a assumir a educação como uma prioridade. -----

**Dilene Gonçalves** pediu ao **Senhor Presidente da Câmara** que partilhasse com a assembleia as informações que considere relevantes quanto às reuniões realizadas com o Senhor Secretário de Estado do Planeamento e com o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, esta enquanto vogal do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP. Aproveitou o momento para questionar se as obras de requalificação do cineteatro estão a decorrer conforme o previsto. -----



MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Ana Paula Sançana* a introduzir afirmou que, citando: " isto não é um palco, palco é no cineteatro e nos pavilhões das estrelinhas, palco é aí que acontece. Aqui está a acontecer uma sessão pública onde as pessoas fazem os seus pedidos de esclarecimento, fazem as suas intervenções no âmbito daquilo que consideram importante. Portanto, não estou a ver aqui nenhum tipo de situação que seja para palcos". Seguidamente, sobre a requalificação nas vias da Rua do Comércio – Rua Sacadura Cabral e Rua dos Combatentes da Grande Guerra, questionou o **Senhor Presidente** se a intervenção planeada se vai manter da forma como está. A questão prende-se com o facto do pavimento que serve de zona para as viaturas circularem e os passeios, ser cinzento, os desníveis entre o pavimento da circulação rodoviária e os passeios serem, praticamente, inexistentes, e o fim da Rua do Comércio desembocar num conjunto de curvaturas, parecendo-lhe um trajeto pouco adequado pela sua configuração e colocando em risco a circulação e segurança. No seguimento de uma notícia publicada esta semana em que o Executivo Municipal de Pampilhosa da Serra aprovou por unanimidade, a aplicação de tarifário bonificado Covid-19, no serviço de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos para os meses de fevereiro, março e abril do ano de dois mil e vinte e um, por conta da pandemia que se está a atravessar e dado que a proposta do PSD Lousã, da anterior sessão desta assembleia, não tinha nada a ver com este tipo de proposta, mas também visava aliviar os munícipes Lousanenses no que diz respeito á faturação da água, perguntou ao **Senhor Presidente** se existe por parte da Câmara Municipal algum planeamento que vise adotar uma medida congénere, no Concelho da Lousã. -----

**Joel Fernandes** interveio para dizer que no âmbito da RU, a filosofia da solução implementada pela autarquia tem resultado. A mobilidade pedonal em várias vias do concelho tem tido uma melhoria contínua, mas também tem havido pequenas correções aos erros que se têm detetado, o que sob o seu ponto de vista é salutar e exortou o Executivo a continuar a implementar a solução que



foi publicamente apresentada para que a Lousã tenha cada vez mais qualidade de vida. -----

**João Pedro Melo** no âmbito do POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, e das medidas de defesa da floresta, questionou o **Senhor Presidente** sobre o ponto de situação em relação ao controlo/erradicação de flora exótica. Aproveitou ainda o momento para dizer, citando: *“foi aqui dito que aqui não era um palco. É um palco, a Assembleia Municipal, é um palco, pelo menos para o PS nas suas políticas em prol da Lousã, em prol do Concelho e nós estamos aqui e focamo-nos nessa política. Focados em defender as nossas políticas que tem dado os resultados que todos sabemos que tem dado portanto, parece-me que o PSD retira um bocado o foco da política e está a afastar-se para o foco da campanha. Isto não é salutar para a política concelhia e muito menos para a política do PSD”*.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu aos pedidos de esclarecimento, dizendo: relativamente à falta de desenvolvimento dos assuntos inscritos na informação escrita da atividade municipal, comparativamente a anteriores, já há alguma evolução, o que não implica que ainda possa ser melhorada. Quanto à Rede Ciclável, informou que já referiu esta temática várias vezes nesta assembleia. Trata-se de uma de três empreitadas no âmbito de uma candidatura submetida pela Câmara Municipal ao Plano Mobilidade Urbana Sustentável. Trata-se de uma linha de financiamento do Centro 2020. É uma obra que vai introduzir melhorias, essencialmente, na circulação pedonal com início na Rua Industrial Manuel Carvalho, passando pelo Apeadeiro da Lousã, Rua 1º de Dezembro, Rua Dr. Pires de Carvalho até à Estação da Lousã e também vai ter uma intervenção ao nível das plataformas rodoviárias. Há mais duas empreitadas, uma diz respeito, essencialmente, à intervenção na Av. Dr. José Cardoso, entre o Cineteatro e a rotunda que serve uma superfície comercial, outra na Rua Dr. José Pinto de Aguiar até à Escola Básica Integrada da Lousã, privilegiando os peões e circulação em bicicleta. Na Av. Dr. José Cardoso com investimento e reabilitação de infraestruturas e beneficiações. Há depois outra intervenção que liga a zona do Quartel dos Bombeiros



MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipais até à zona da Escola 1-2, zona da Piscina Municipal e Escola Secundária. Estas três empreitadas significam um investimento em mais de um milhão e duzentos mil euros com financiamento de 85%, sendo o restante através do Orçamento Municipal da autarquia. A empreitada mais imediata será a que foi referida por **Aires Ventura** – Lousã Interfaces e as outras, irão seguir-se de acordo com o processo de contratação pública. Em resposta a **António José Gonçalves** afirmou reiterar o que já havia dito na assembleia realizada em dezembro que, atendendo a várias razões, não entendeu bem a questão colocada, daí ter-se criado o equívoco e por esse motivo apresentou desculpas. O atraso na publicação na base Gov, deveu-se a um lapso dos serviços, no entanto, sublinhou que, o que é importante é que este contrato, apesar de ter sido colocado na plataforma a destempo, foi assinado em doze de dezembro do ano de dois mil e dezanove, ou seja em data adequada, em relação ao tempo em que o serviço foi prestado. Sobre a questão da viatura de sorteio de natal, esclareceu que o apoio foi prestado através da AESL e está devidamente documentado. Reiterou o pedido de desculpas já apresentado em devido tempo, pela confusão gerada em torno deste assunto em que fez incorrer a assembleia passada, e por não ter percebido corretamente a questão que lhe foi colocada. Relativamente à base Gov e à verba da caixa de velocidades, solicitou, entretanto, informação aos serviços porque não tem presente o assunto e apurou trata-se de um procedimento normal de manutenção e reparação de uma viatura afeta ao ambiente e recolha de resíduos sólidos e urbanos. Sobre a intervenção no edifício dos Paços do Concelho, respondeu que não tem essa previsão antecipada da execução e preço, pelo que, quando e com quem ocorrer, caso venha a existir essa necessidade, terá que ser consultado o mercado. Relativamente à beneficiação do Mercado Municipal, informou que não foi possível conseguir fundos comunitários no âmbito da RU para esta obra, pelo que, foi necessário gerir prioridades em relação aos meios financeiros disponíveis, continuando, contudo, a ser um objetivo da Câmara Municipal. As obras na Casa da Lagartixa é um processo que a Câmara Municipal tem procurado concretizar

*Handwritten signature: Soares*

*vacinado no momento em que foi definido como prioritário para os Presidentes de Câmara. O Presidente da Câmara Municipal da Lousã será vacinado quando chegar a sua vez, enquanto cidadão e de acordo com as prioridades que estão definidas para o país". Informou que, de acordo com o que estava estipulado, foi notificado, e respondeu que não seria incluído neste momento de vacinação. -----*

**PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----**

**2 –** Apreciação e votação do Regulamento do Banco Local de Voluntariado da Lousã (BLVL) – (doc. nº 4 (quatro)).-----

**Inscrições:** António José Gonçalves, Joaquim Seco.-----

**António José Gonçalves** interpelou para dizer que fez sinal no ponto anterior para intervir, porque o **Senhor Presidente da Câmara** para além de ter trocado as obras no cineteatro com o edifício dos Paços do Concelho, não respondeu á questão das janelas. -----

**Joaquim Seco** fez um enquadramento dizendo que o Banco de Voluntariado foi criado no ano de dois mil e três, em parceria com o Conselho Nacional para a promoção do Voluntariado, tendo posteriormente estabelecido um protocolo com a ACTIVAR e em dois mil e vinte, o Banco Local de Voluntariado da Lousã passou a integrar-se no âmbito das estruturas da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. Atendendo aos princípios da Carta das Cidades Educadoras subscrita pelo município no âmbito da Rede de Cidades Educadoras e no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social do Município da Lousã, pretende-se regulamentar o Banco Local de Voluntariado, que passa a integrar a Unidade de Intervenção Social. Assim, o Regulamento presente pretende definir as normas de funcionamento do Banco Local de Voluntariado apresentando as relações entre os diferentes intervenientes, tendo sido objeto de devidos procedimentos previstos no Código de Procedimento Administrativo - CPA. O Banco Local de Voluntariado tem como entidade enquadradora a Câmara Municipal, pretende promover o encontro entre a oferta e a procura do voluntariado com sensibilizações no



concelho. Um dos objetivos é promover o encontro entre a oferta e a procura de voluntariado assim como, acompanhar a inserção, bem como disponibilizar á população em geral as informações sobre o voluntariado. Disse que o voluntariado é uma expressão que não tem preço, e é uma iniciativa ao alcance de todos, por isso a bancada do Grupo Municipal do PS deixa o seu reconhecimento a todos os candidatos nesta missão social e vota favoravelmente.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** prescindiu de usar da palavra.-----

Colocada à votação o Regulamento do Banco Local de Voluntariado da Lousã (BLVL) foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes, em reunião por videoconferência, vinte e quatro elementos.-----

**PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**3 – Retirado da Ordem de Trabalhos.**-----

**PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**4 -** Apreciação e votação da 2ª Adenda ao Protocolo celebrado entre os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela, Vila Nova de Poiares e a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA para prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos – (doc. nº 5 (cinco)).-----

**Inscrições:** Aires Ventura e Ana Paula Sançana. -----

**Aires Ventura** questionou em que ponto de situação é que estão os projetos de investimento a nível da APIN que foram anunciados para o Concelho da Lousã.-----



**Ana Paula Sançana** usou da palavra começando por dizer que pelos motivos que o PSD já enunciou, várias vezes, em relação á APIN e porque continuam a não concordar como esta empresa se encontra a funcionar declarou que a bancada do Grupo Municipal do PSD, vota contra esta proposta, porque é o prorrogar por mais um mês de uma situação que já deveria estar resolvida, desde o início, e que se prende com a autonomia e recursos da APIN. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas. Relativamente aos investimentos no Concelho da Lousã, informou que é do interesse dos municípios e da própria empresa intermunicipal que as obras comecem a ser executadas, no terreno, com a maior brevidade. O lançamento dos processos de contratação pública dos concursos tem dois critérios, em primeiro lugar a ordenação por data de aprovação das candidaturas que são muitas, de todos os municípios, com exceção das candidaturas do Município de Penacova, em virtude do processo em que se encontra, e a necessidade legal de fazer a revisão dos projetos e dotá-los de uniformidade de soluções para que a empresa não tenha soluções diferentes em cada um dos concelhos. Informou que já estão obras adjudicadas para os Municípios de Penela e Alvaiázere e no Concelho da Lousã, está previsto que sejam lançados um conjunto de procedimentos de contratação pública para o início do mês de março, destacando: uma obra bastante importante para a Freguesia de Serpins, que vai permitir abastecer em alta que é a conduta adutora que vai do Aeródromo para o Boque e um subsistema que existe numa parcela da freguesia designado Casal de S. Miguel. Estão ainda previstas ao nível de tratamento de esgotos, intervenções nas Aldeias do Xisto: Candal, Talasnal, Cerdeira, Casal Novo e Chiqueiro e ainda na zona da Gândara, mais concretamente, na Rua Padre Manuel Peixoto e na Rua Padre Joaquim José dos Santos, com intervenção ao nível das redes de águas pluviais, águas residuais e rede de abastecimento de água. Também há a perspetiva de uma intervenção para o lugar de Ponte Velha, já referida em assembleias anteriores. Em relação a este protocolo informou que na prática já se extinguiu, e não é para fazer nenhum

*Handwritten signature and initials.*

prolongamento. A APIN tem vindo a dotar-se de meios para o seu normal funcionamento.-----

Colocada à votação a 2ª Adenda ao Protocolo celebrado entre os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela, Vila Nova de Poiares e a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA para prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, foi aprovada por maioria com 18 (dezoito) votos a favor do PS, 5 (cinco) votos contra do PSD e uma abstenção do BE, quando estavam presentes, em reunião por videoconferência, vinte e quatro elementos. -----

**PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**5 –** Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano/Ano 2021 – (doc. nº 6 (seis)). -----

**Inscrições:** Aires Ventura e Dilene Gonçalves.-----

**Aires Ventura** referindo-se sobre a verba que está inscrita para o projeto designado Fundo Municipal de Apoio à Atividade Empresarial – Covid-19, no montante de EUR: 100.000.00 (cem mil euros), destinada a mitigar as situações de crise empresarial e a manutenção do nível de emprego do Concelho da Lousã, perguntou se este valor está ajustado às realidades do concelho, ou “peca por ser pouco” em relação às possibilidades que a Câmara Municipal tem para “acrescentar mais”.-----

**Dilene Gonçalves** usou da palavra dizendo que esta primeira revisão às Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e um, tem subjacente a inclusão de um novo projeto designado como Fundo Municipal de Apoio à Atividade Empresarial – Covid-19, bem como o ajustamento de reprogramação plurianual de projetos, ações, incluindo alguns já existentes. A revisão ao Orçamento tem como base a incorporação do saldo da gerência anterior, bem como os ajustamentos em rubricas decorrentes dessa



incorporação e a necessidade de reforço de rubricas relacionadas com a alteração efetuada nas Grandes Opções do Plano. Salientou que, apesar destas modificações mantem-se o equilíbrio global do Orçamento Municipal. Assim, o Grupo Municipal do PS vota favoravelmente.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** informou que a verba inscrita para o projeto designado Fundo Municipal de Apoio à Atividade Empresarial – Covid-19, no montante de EUR: 100.000.00 (cem mil euros), é considerada pela Câmara Municipal e AESL, ajustada nesta primeira fase, caso se verifique necessidade de reforçar este montante será feita a necessária análise e verificação, uma vez que este instrumento terá alguma flexibilidade.-----

Colocada à votação a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano/Ano 2021, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes, em reunião por videoconferência, vinte e quatro elementos.-----

**O Senhor Aires Ventura** apresentou uma declaração de voto com o seguinte teor: *"Votei A favor, da 1ª Revisão do Orçamento e G.O.P., por estar uma verba de cem mil euros, inserida no Fundo Municipal de Apoio Empresarial-Covid-19, destinada a mitigar as situações de crise empresarial e a manutenção do nível de emprego no concelho"*. Documento integralmente transcrito, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas. – (doc. nº 7 (sete)).-----

#### **PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**6** - Apreciação e votação da alteração ao Contrato de Financiamento no âmbito da Candidatura ao EEA Grants "Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às alterações climáticas – "Projeto do Rio Ceira". (doc. nº 8 (oito)). -

**Inscrições:** Aires Ventura e João Pereira. -----

**Aires Ventura** interveio para criticar o facto do documento que vem à assembleia para apreciação e votação da alteração ao Contrato de



LOUSÃ  
MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Financiamento no âmbito da Candidatura ao EEA Grants "Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às alterações climáticas – "Projeto do Rio Ceira" não estar traduzido para português. -----

**João Pereira** usou da palavra cumprimentando a todos os presentes na reunião, por videoconferência, e às pessoas que estariam a acompanhar a emissão que estava a ser difundida pelas redes sociais. Seguidamente, sublinhou a importância deste projeto que a ser concluído conforme é seu desejo, será uma mais-valia para a freguesia e porque traz benefícios para toda a bacia do Ceira. Trata-se de uma candidatura que vai no sentido de ser financiada por fundos estrangeiros de alguns países nórdicos e, portanto, é uma situação que trará vantagens, nomeadamente, nas margens do rio, bem como a regularização de algumas partes do leito, nomeadamente, os seus açudes, em Serpins. Esta parceria traz mais vantagem, porque facilitará os concursos que serão submetidos pela CIM - RC. A concluir afirmou que a bancada do Grupo Municipal do PS vota, favoravelmente, esta alteração ao contrato de financiamento. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** interveio para dizer que se trata de um projeto interessante, a considerar como ponto de partida para uma valorização do Rio Ceira, atendendo às fontes de financiamento que vão ajudar a concretizar as ações que se destinam à mitigação dos efeitos das alterações climáticas. Neste momento, o objetivo principal é a regularização do leito do Rio Ceira e a construção de açudes, como já foi referido pelo **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins**. Este projeto é financiado pela Noruega e está centralizado na CIM - RC permitindo uma maior uniformidade de intervenção, para além da agilização processual. -----

Colocada à votação a alteração ao Contrato de Financiamento no âmbito da Candidatura ao EEA Grants "Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às alterações climáticas – "Projeto do Rio Ceira", foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes em reunião, por videoconferência, vinte e quatro elementos. -----



**PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**7** - Apreciação e votação para autorização, a celebração da adenda do Contrato Interadministrativo com a CIM-RC, Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que visa adaptar a delegação de competências já autorizada e celebrada, às modificações introduzidas no contrato de Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021), (doc. nº 9 (nove))-----

**Inscrições:** Não houve.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** prescindiu da faculdade de usar da palavra. -

Colocada à votação a autorização, da celebração da adenda do Contrato Interadministrativo com a CIM-RC, Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que visa adaptar a delegação de competências já autorizada e celebrada, às modificações introduzidas no contrato de Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes em reunião, por videoconferência, vinte e quatro elementos.-----

**PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**8** – Para efeitos do artigo 12º da Lei nº 43/90 de 10 de agosto que regula o exercício do direito de petição propõe-se que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre “petição pública a favor da saída do Município da Lousã da empresa APIN, E.I.M., SA” – (doc. nº 10 (dez)).-----

**Inscrições:** Aires Ventura, Joel Fernandes, António José Gonçalves, Paulo Simões e António Rodrigues. -----

**Aires Ventura** interveio para afirmar que o BE não põe em causa a permanência do Município da Lousã na APIN. No entanto, em virtude de se tratar de uma empresa intermunicipal de interesse público tem que ter uma forma de funcionamento muito mais aceitável e transparente do que tem tido



MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Luís*  
*af*

até aqui. Ao fim de um ano, ainda há muitas questões que se colocam e deixam muito a desejar pela forma de funcionamento, uma delas tem a ver com a faturação que continua a ser confusa para muitos consumidores. Já no ano de dois mil e vinte um e continuam a haver faturas fora dos trinta dias. No entendimento do BE, esta situação já teve tempo de ser corrigida. Para além disso, afirmou que, também, deveriam ser corrigidos os preços em relação às taxas fixas porque, no somatório das taxas fixas é 100% a mais, comparativamente ao tempo em que estes serviços funcionavam na Câmara Municipal da Louçã. Sugeriu que a APIN preste mais informações sobre o seu funcionamento e sobre os investimentos que pretende executar, porque uma das justificações dadas para justificar a entrada do Município da Louçã, na APIN, foi os investimentos que seriam feitos neste concelho. O BE entende que o Concelho da Louçã precisa de grandes investimentos, porque a rede de abastecimento de água e saneamento está degradada, motivo pelo qual reiterou o pedido para que a APIN preste informações detalhadas sobre os investimentos a executar no Concelho da Louçã, para que os munícipes vejam se têm ou não benefícios pelo facto de estarem integrados nesta empresa intermunicipal.-----

**Joel Fernandes** interveio, em nome do Grupo Municipal do PS, para dar nota de que, uma vez que estão cumpridos os pressupostos legais necessários, motivo pelo qual, vai votar favoravelmente a discussão desta nova petição.---

**António José Gonçalves** usou da palavra para dizer que a bancada do Grupo Municipal do PSD acha inadmissível a empresa APIN cobrar IVA dos resíduos sólidos, bem como do saneamento. Acrescentou que, também, não foi uma boa solução abrir um balcão de atendimento numa papelaria, entretanto, deslocado para os estaleiros da Câmara Municipal, sitos no Freixo. Sugeriu a abertura de uma loja da APIN para responder às reclamações dos seus clientes. A concluir, disse que seria a terceira vez, nesta sessão, que abordava a questão da substituição das janelas do edifício dos Paços do Concelho, mas que o **Senhor Presidente da Câmara** ou se fez esquecido ou não quer



responder. Disse que não iria voltar a perguntar nesta sessão, mas que considerava inadmissível que o **Senhor Presidente** não tenha respondido.-----

**Paulo Simões** tomou a palavra para declarar que aceita a petição apresentada pela cidadã Helena Quaresma e não por mil e duzentas pessoas, dado que só é ela a assina, o restante, trata-se de uma listagem com nomes e números de cartão de cidadão. Em seguida, questionou o conteúdo do documento, nomeadamente quando refere "o aumento escandaloso do preço da água". Recordou que a água como bem essencial é mais barata que a eletricidade, gás, telecomunicações, entre outros serviços. Em relação à questão colocada sobre a "privatização", disse não fazer sentido o argumento enunciado porque, ao serem contratados serviços, por exemplo, o que uma Câmara Municipal faz, não significa que a mesma seja privatizada. A APIN sendo uma empresa intermunicipal e ainda não tendo recursos próprios, naturalmente, terá que recorrer a entidades externas, aliás, a Câmara Municipal da Lousã e a Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, realidades que conhece, já o faziam, também, porque estes municípios não dispunham de recursos para lavagem de contentores do lixo. Talvez por desconhecimento, não foi, igualmente, referenciado o vazamento das fossas, que, também, tem que ser executado por uma entidade externa, porque a APIN ainda não dispõe de equipamento para execução deste tipo de trabalho. Sublinhou que a isto não se chama privatização, antes porém, é a pretensão de passar uma ideia errada aos munícipes. Ainda no mesmo documento citou a afirmação: "os interesses dos consumidores não estão acautelados porque da estrutura de gestão da APIN, não há representação". Contrapôs dizendo que contrariamente ao que é afirmado, existe representação na Lousã, assim como vai existir nos outros concelhos. Por fim, referiu o importante, ao que ao investimento diz respeito, que é a agregação dos municípios. No seguimento da intervenção e raciocínio do **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, questionou como seria possível a Câmara Municipal da Lousã, só por si, fazer os investimentos que urgem fazer no concelho. Naturalmente, a cidadã Helena Quaresma, não conhece a

realidade do funcionamento de todo o sistema complexo de abastecimento de água. Deu como exemplo, a captação de água em Serpins, freguesia onde reside e que é feita no Rio Ceira, realçando o facto de que quando existem cheias os munícipes ficam sem água. Estas situações e outras que se passam no concelho é que urge resolver e não continuar com demagogias que não levam a lado nenhum. -----

**António Rodrigues** tomou a palavra depois de cumprimentar a todos os presentes, na reunião por videoconferência, e a todos quantos estavam a ver e ouvir através das redes sociais, para questionar o **Senhor Presidente da Mesa** se esta petição não tem que ser votada primeiro para ser discutida posteriormente, segundo o entendimento do Grupo Municipal do PS, porque daí resultaria a sua intervenção.-----

**O Senhor Presidente da Mesa** esclareceu que está em discussão o artigo nº 12º da Lei nº 43/90 de 10 de agosto, que pressupõe uma votação pela pronúncia da petição, no caso de não ser liminarmente indeferida, passará então á discussão do artigo 13º da mesma lei, onde será votado o seu conteúdo. Neste momento, a votação é no sentido de aceitar ou não a petição de acordo e nos termos do ponto nº 8 da Ordem de Trabalhos.-----

**António Rodrigues** no seguimento do esclarecimento prestado pelo **Senhor Presidente da Mesa** declarou que o Grupo Municipal do PS vai aceitar a discussão da petição e depois no artigo 13º da Lei nº 43/90 de 10 de agosto intervirá sobre o conteúdo da petição e o que a mesma transmite.-----

**Ana Paula Sançana** interveio para dizer que a sua dúvida era igual á que foi colocada por **António Rodrigues** porque o artigo 12º da Lei nº 43/90 de 10 de agosto diz respeito ao indeferimento liminar. Prestados os esclarecimentos pelo **Senhor Presidente da Mesa**, declarou que o Grupo Municipal do PSD irá votar e posteriormente, passará á discussão.-----

**João Pedro Melo** interveio para reafirmar que o Grupo Municipal do PS aceita discutir esta petição, no conteúdo que é peticionado. São quatro pontos, que é o aumento da água, a contratação de serviços privados, a saída do município da APIN e depois, fala no que entende ser exercício democrático. --


  
 Aires Ventura

**Margarida Correia** reforçou que o entendimento do Grupo Municipal do PS é no sentido de disponibilidade para discutir o conteúdo deste documento que é trazido, hoje, à Assembleia Municipal, ao abrigo do Regime de Petição, uma vez que cumpre os requisitos legais para este efeito, enquanto documento subscrito por uma peticionária. E é este o documento que vão discutir nos moldes em que os colegas de bancada já expuseram com os argumentos aqui apresentados, pelo que voltará a usar da palavra em momento oportuno. -----

Colocada à votação para efeitos do artigo 12º da Lei nº 43/90 de 10 de agosto que regula o exercício do direito de petição propõe-se que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre "petição pública a favor da saída do Município da Lousã da empresa APIN, E.I.M., SA tendo sido aprovada por unanimidade com os votos a favor do PS, PSD e BE, quando estavam presentes em reunião, por videoconferência, vinte e quatro elementos.-----

**O Senhor Presidente da Mesa** tomou a palavra para dizer que na sequência do sentido de voto do plenário, em que a petição pública foi aceite por unanimidade, nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 43/90 de 10 de agosto que diz: "*a entidade que recebe a petição, se não ocorrer indeferimento liminar, referida no artigo anterior decide sobre o seu conteúdo*". -----

**Inscrições:** Aires Ventura, António Rodrigues, Margarida Correia, Ana Paula Sançana, Joel Fernandes e João Pedro Melo.-----

**Aires Ventura** interveio para questionar se os pontos vão ser discutidos individual ou globalmente, porque o BE está de acordo com uns e desacordo com outros.-----

**O Senhor Presidente da Mesa** esclareceu que a votação é na globalidade. ----

**Aires Ventura** retomou a palavra para dizer que não concorda com a saída do Município da Lousã da APIN, porque continua a defender as empresas intermunicipais desde que elas funcionem em termos de verdadeiro serviço público. Em relação aos outros pontos entende que a APIN deve dar uma

explicação mais pormenorizada e, se possível, presencial aos proponentes da petição. -----

**António Rodrigues** tomou a palavra e disse que sobre os pressupostos da petição pública, o seu colega **Paulo Simões** já frisou alguns importantes. Indo diretamente aos pontos, nomeadamente, a questão das privatizações disse que, quando se fala de serviços, é um argumento falacioso que a petição tem, assim como, a questão do aumento dos preços. Sobre isso, recordou que desde que se formou a APIN foi dado conhecimento que o aumento dos custos iriam existir, aliás, com ou sem a empresa intermunicipal APIN, estes aumentos seriam sempre uma realidade, porque decorreu da Lei das Finanças Locais, sobretudo depois da última crise, em que as Câmaras Municipais eram obrigadas a refletir os custos da água, saneamento básico e resíduos sólidos e urbanos. Nesse sentido, frisou que o aumento iria sempre existir e já está a acontecer e quem tem segundas habitações sabe disso. Acrescentou que os preços seriam aumentados, também, por causa dos custos que a rede necessita, desde as infraestruturas à manutenção e, depois, porque os fundos comunitários estão a privilegiar os projetos intermunicipais. A questão da saída do município não se coloca e convém recordar que a APIN iniciou a sua atividade num ano de pandemia, em janeiro do ano de dois mil e vinte. Afirmou que para além de ser um processo novo e para quem inicia novos procedimentos, sejam eles de que área for, sabe que por mais que estudem e planifiquem as coisas, há sempre aspetos que falham, e que se ajustam pela prática, daí o facto de terem existido alguns problemas. Sublinhou que se trata de um processo de melhoria contínua que vai evoluindo e a APIN tem que gerir onze municípios em tempos de grande dificuldade para todos. Relativamente ao capital, sublinhou que não é privado. Trata-se de uma empresa de capital público, controlada pelos onze municípios e de cariz intermunicipal e que está ao serviço de todos os cidadãos. Concluiu dizendo que as empresas intermunicipais têm a prerrogativa de terem fundos comunitários que privilegiam os projetos intermunicipais. -----

**Margarida Correia** usou da palavra para se referir a este documento e disse que poderiam estar a discutir para além das questões já apresentadas, não a legitimidade, mas a representatividade, dado que estão a apreciar uma subscrição válida, mas, também, com uma questão de dificuldade da subscrição com o conteúdo do documento. Deu nota de que ao longo das sessões em que se tem vindo a falar da APIN percebe-se que é um assunto relevante e que suscita interesse por parte da comunidade e, no seu entendimento, é importante a assembleia estar hoje com uma maior audiência para poder criar um espaço de divulgação de informação fidedigna para toda a comunidade. Adiantou que, daquilo que consegue ver do documento há alguns argumentos que são apresentados que não estarão muito claros, porque fala em ausência de discussão pública, e houve várias sessões de esclarecimento e, inclusivamente, com a presença dos membros da Assembleia Municipal. Relativamente ao tarifário, confirmou que esta questão, também, foi um assunto discutido e aprovado em sede de Assembleia Municipal. Na sequência de anteriores intervenções sobre esta questão, reiterou que este aumento visava a uniformização dos preços e decorre da lei e está, também, associado à valorização do bem que é a água face até a outros serviços, conforme, também, alguém já o afirmou anteriormente. Sobre o atendimento na loja dos CTT, reiterou que este procedimento complexo teve a ver com a disponibilização de meios numa fase inicial e que a questão mais apontada pelos clientes/municípes tinha a ver com a faturação que lhe parece, neste momento, estar mais regularizada e, por todos estes motivos, no seu entendimento, é importante discutir, e aproveitar o fórum para maior esclarecimento da comunidade, mas, neste momento, e perante os argumentos e esclarecimentos, não haverá necessidade de mais delongas. -----

**Ana Paula Sançana** antes de passar à discussão do assunto e em nota de introdução, fez uma reflexão sobre a forma como o **Senhor Presidente da Mesa** disse que esta petição seria votada. Disse que os itens apresentados na petição são de âmbitos diversificados e por isso, para não inviabilizar a sua

plena discussão deveria ser analisado e votado ponto por ponto. No seu entendimento, esta petição deveria ter a intervenção dos peticionistas ou representante dos mesmos, porque estão a discutir o documento, embora estas questões já tivessem sido abordadas em outras assembleias. Declarou que o Grupo Municipal do PSD, quando considerou a sua adesão do Município da Louçã à APIN, votando favoravelmente, foi com os pressupostos que foram sempre veiculados de que o município perderia acesso a fundos comunitários essenciais e estruturantes para a sua rede de abastecimento de águas e de saneamento com consequentes aumentos de água e tarifários a curto e médio prazo. Aumentos que seriam difíceis de prever com exatidão porque estariam dependentes de graus de manutenção e de alguns investimentos, daí o Grupo Municipal do PSD ter ponderado e feito a análise entendendo ser mais positivo para o município aderir. No entanto, o tempo tem passado e as coisas não estão a correr bem neste processo, caso contrário, dificilmente se teria gerado esta onda de indignação que é justificada e á qual não podem ficar alheios. Foi entregue, esta petição que suscitou várias divergências, e o Grupo Municipal do PSD, manifestou, por diversas vezes, que o documento deveria ser objeto de reflexão. Recordou que na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e vinte, teve oportunidade de demonstrar a sua indignação, onde na altura foi alegado que a petição não cumpria os requisitos. Disse considerar que todas as pessoas que subscreveram a petição são válidas, ao contrário do que foi dito nesta assembleia, mas "*são pontos de vista*". Relativamente à APIN, afirmou que continuam a olhar para os princípios que aquela defende, nomeadamente, a qualidade do serviço prestado, a satisfação dos clientes, o aumento de eficiência operacional, a garantia da equidade de utilizadores e o PSD questiona aonde é que está este compromisso. Questionou aonde é que melhorou a passagem dos serviços dos municípios para a APIN. Em seguida, mencionou as várias polémicas, como a cobrança de taxa de IVA onde, na sessão de treze de maio do ano de dois mil e vinte, o PSD alertou para esta questão e se mostrou apreensivo



relativamente a este facto. Afirmou que as expetativas que o Grupo Municipal do PSD tinha de onerar as pessoas apenas no que é razoável foram extrapoladas e saíram do que é considerado um preço justo. Os erros de faturação, os períodos de faturação errados e todo um rol de questões que já foram enumeradas, é natural que estes problemas que continuam a acontecer, não podem deixar o PSD tranquilo. Sublinhou que, citando: "... e deixam-nos ainda menos tranquilos porque nós, efetivamente, votamos a entrada do Município da Lousã na APIN e por isso, precisamos de uma vez por todas que as coisas se resolvam. Nós podemos não ter o melhor dos mundos, mas temos que fazer o melhor com aquilo que temos, porque esta forma disfuncional da APIN estar a funcionar, é muito negativa, isto coloca, também, um peso negativo ... as pessoas têm uma expetativa que não se está a verificar e um ano é mais que tempo para contornar a maior parte das dificuldades que continuam a ser apontadas na implementação desta empresa." Relativamente aos protocolos que foram disponibilizados, quer acreditar que a APIN quando atingir a sua plenitude, consiga fazer a gestão completa, porque tem conhecimento que os municípios, têm vindo a resolver muitos problemas. Esta é, também, uma reserva do PSD relativamente à capacidade da autonomia da empresa. Deu nota que é difícil para o Grupo Municipal do PSD pronunciar-se sobre a saída do município da APIN, quando o Ministro do Ambiente não tem sido claro no discurso, porque, primeiro diz que não voltará as costas a uma autarquia que quer fazer os seus próprios equipamentos e redes de recolha e, posteriormente, exorta as autarquias a continuarem no caminho da agregação, ou seja é essencial financiar e abrir avisos para os municípios que estão agregados. Acrescentou, citando: "... objetivamente que sair da APIN comporta um risco, neste momento, que nós precisamos de perceber que risco é que existe. Já verificámos que este Ministro é um bocadinho fundamentalista das agregações e acho que a estratégia dele tem precisamente sido essa «ameaçar com esta questão» que quem não estiver agregado não pode candidatar-se a fundos comunitários, mas esta matéria tem sido amplamente discutida e contestada por muitos



MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*municípios, até porque, como sabemos, nem todos os municípios estão agregados. Não vamos pensar que os municípios que não estão agregados vão liminarmente deixar de poder concorrer a fundos comunitários porque isso, efetivamente, seria um atentado á própria autonomia dos municípios e até levanta dúvidas constitucionais... eu penso que, nesta tónica fica muito patente aquilo que é o clima de incerteza relativamente a estas questões da APIN e a petição, no nosso entender, revela o interesse maior de obtenção no tarifário justo e serviço eficiente na defesa dos consumidores. Estamos a falar de água, de um bem essencial. O PSD defende um tarifário mais justo, um bom funcionamento da APIN, uma redução do tarifário fixo em 25%, dado que, neste momento, consideramos que as taxas fixas são altamente penalizadoras para todos os consumidores, quer os domésticos, quer os não-domésticos e definimos, também, um compromisso pelo que lutaremos pelo que consideramos justo e que o ponto um e ponto dois da petição, estamos completamente de acordo, acho que é muito importante e até para mais agora é o segundo ano desta empresa intermunicipal, já deveria ter entrado «nos eixos», não entrou, é preciso um acompanhamento e perceber, efetivamente aquilo que será o futuro e quais serão as contrapartidas e as desvantagens de o Município da Louçã sair da APIN. É preciso perceber que encargos resultarão para o município dessa saída, se o município tem fundos para fazer face, se é vantajoso em termos futuros para concurso de obras assumidas. Penso que esta matéria é bastante sensível, efetivamente, o que nós desejamos e acho que todas as pessoas desejam é ter um bom serviço de água. Neste momento, pensamos que o ideal é que, efetivamente, a APIN servisse os interesses dos consumidores, independentemente, do cenário que se poderia projetar de uma saída da agregação". -----*

**Joel Fernandes** usou da palavra começando por fazer uma retrospectiva histórica da criação da empresa intermunicipal. Recordou que no dia doze de dezembro do ano de dois mil e dezoito, na sessão da Assembleia Municipal realizada nas instalações da Junta de Freguesia das Gândaras, foi um assunto, já na altura, que reuniu algum consenso entre os vários partidos com assento



nesta assembleia. Estavam de acordo que se tratava de um assunto complexo e que a todos gerava preocupação, ninguém decidiu este processo despreocupadamente. Disse que, também, foi praticamente consensual nessa mesma sessão que este passo significava uma mudança de paradigma na gestão. Havia acordo que essa mudança de gestão era necessária porque, desde há muito tempo, é conhecido o estado das redes de abastecimento e o deficit do sistema de recolha e abastecimento de água, um pouco por todo o país, não apenas no Concelho da Lousã. Por essa razão, foi entendido como necessário contribuir para a melhoria do concelho e daí o consenso na votação sem votos contra. Recordou que houve apenas duas abstenções. Lembrou que este assunto foi dos mais debatidos e que, inclusivamente, houve uma sessão de esclarecimento onde estiveram presentes técnicos a apresentar possíveis cenários. O modelo escolhido foi o de uma empresa constituída apenas por municípios que são os "donos". Os onze municípios que agregam a APIN representam a totalidade dos seus munícipes e não existe outra representatividade por outro qualquer sócio. Também foi dado a conhecer, na altura, que houve municípios que não seguiram este modelo, optaram por modelos mistos e com capitais de outras empresas ou outro tipo de capitais, a escolha da APIN recaiu no modelo de agregação apenas de municípios. O tarifário, é uma questão importante e tantas têm sido as vezes que é abordado, inclusivamente, no decorrer desta assembleia. Recordou que quando votaram favoravelmente a criação da APIN, o tarifário aplicado era conhecido, no entanto, veio a ser revisto em baixa. O tarifário que está agora a ser aplicado aos clientes/munícipes, é mais baixo do que aquele que foi aprovado na sessão de doze de dezembro do ano de dois mil e dezoito. Foi, igualmente, discutido os tarifários sociais, tarifários para famílias numerosas e o tarifário para os não-domésticos, aplicados pela APIN e verificou-se que são mais vantajosos e abrangentes do que os tarifários que a Câmara Municipal aplicava. No obstante, não deixou de concordar com o facto de a empresa ter cometido erros de faturação, como outras entidades cometem, contudo essa situação tem vindo a reduzir e o desejo é que o serviço prestado seja



MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signature: João Pedro Melo*

cada vez melhor e mais eficiente. Voltando aos trabalhos da sessão de doze de dezembro do ano de dois mil e dezoito, disse que também foi defendido que a agregação permitia aos onze municípios *“ter uma voz mais forte e ter uma representatividade maior, ganhar escala, porque juntos somos mais fortes. E foi isso que nós decidimos”*. Saliu o facto de que desde essa data, não houve uma única reunião da Assembleia Municipal que o tema da APIN não fosse discutido e foi sempre com abertura. Sublinhou recordando que até na sessão da Assembleia Municipal em que a petição foi recusada, foi criado um ponto extra para discutir a situação da APIN e já várias sugestões foram feitas, em Assembleias Municipais, onde vários partidos com assento no plenário apresentaram propostas de melhoria que foram implementadas. Informou que o **Presidente da Câmara Municipal** tem vindo a prestar contas pela atividade da APIN, na qualidade de sócio da empresa. Reconheceu e concordou que a APIN poderia ter comunicado melhor como foi referido por **Aires Ventura**, mas houve muita desinformação que também criou muita instabilidade e ruído. Os pressupostos pelos quais aprovaram a adesão à APIN mantêm-se entre outros, na eficiência, no tarifário uniformizado em onze municípios. Quanto à subcontratação dos serviços disse ser natural e todas as empresas o fazerem, mas que isso não significa privatização. Realçou que para haver privatização da empresa teria que ser aprovada em onze Assembleias Municipais, o que significa, se isso acontecer, a culpa será dos membros eleitos das Assembleias Municipais. Afirmou que votará sempre contra a privatização da APIN. Sobre a saída do município da APIN, perguntou como seria o futuro, dada a impossibilidade de voltar atrás. Caso o Município da Louçã saísse da APIN, não voltaria ao tarifário que antes era aplicado e desconhece-se, neste momento, todos os pressupostos e custos que isso implicaria. Concluiu sugerindo ao Executivo que reportasse à APIN as falhas de relação que tem de comunicação com os seus clientes e que ponderasse a criação de um serviço relativo, exclusivamente, a essa matéria.-----

**João Pedro Melo** tomou a palavra começando por dizer que a sua intervenção seria apenas em relação à petição apresentada. Contudo, e



antes de se referir ao assunto, disse que ser membro da Assembleia Municipal quando se decide integrar listas, seja qual for o partido, será para fazer o melhor que se entende para o concelho. Por outro lado, também, residem no concelho e por isso sentem as dificuldades. Desta forma, exortou para que quando estão reunidos em trabalho, deverão tentar abstrair-se de todas as dificuldades, pessoais, que todos terão. Disse que é desde há muito tempo favorável á criação das empresas intermunicipais que têm capitais públicos e que tratam de parcerias públicas. Esta parceria pública é para garantir a manutenção do uso da água como um bem público. Considerou que esta petição fala do aumento da água, facto que todos sabiam ou deviam de saber, porque foram feitas reuniões onde essa questão foi discutida. Deixou a reflexão, citando: "*... resta saber se foi a APIN que veio inflacionar o custo da água, sabemos que não foi. Sabemos que a ERSAR já o tinha assumido e o custo da água terá que ser ao nível do utilizador pagador, de outra maneira, não é sustentável*". Informou que não há contratação de serviços privados, há prestações de serviço, como todas as empresas têm, como o Estado e vários Ministérios têm. Citando: "*se forem às urgências do Hospital de Coimbra, está lá uma empresa de segurança a prestar o serviço de segurança e, tanto quanto eu julgo saber não há um risco da privatização do Centro Hospitalar de Coimbra. Portanto. Tudo isso são falsas questões que retiram a discussão essencial e parte para o acessório. Quando nós partimos para o acessório, o que pode acontecer é que vamos cair no populismo, vamos cair naquilo que as pessoas querem ouvir e, não é isso que nós, o Partido Socialista da Lousã, quer. Esta foi uma decisão difícil, mas foi uma decisão que teve que ser tomada para o interesse e para a prevenção do futuro da Lousã, em que é necessário a defesa da água pública e a mobilização de recursos para uma gestão que seja mais eficaz, porque isso não era possível com a escala que nós temos. Também queria dizer quanto á privatização que os próprios Estatutos blindam esta privatização, portanto também é uma falsa questão. Diria, a possibilidade de haver privatização em termos desta empresa intermunicipal é a mesma possibilidade que uma Câmara Municipal a operar*



MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signature: M. Soares*

sozinha poderá também concessionar a sua água a uma empresa privada, portanto, depende das pessoas, depende da ideia que ali está. Se as pessoas o quiserem, é privada, se defenderem como eu defendo que a água é um bem público, deve sempre manter-se público, mas com escala de âmbito a poder desenvolver o nosso território. Aí sim, temos que continuar como estamos a fazer, embora, eventualmente, poderá não ir ao encontro das necessidades que as pessoas julgam que têm, as que não têm". Recordou que uma das funções desta empresa é evitar a perda e contabilização de água. É, também, uma razão pela qual os preços aumentam muito, porque a água não era devidamente contabilizada, e as pessoas não davam a importância á água que hoje dão. Reportando-se à petição, referiu que fala no "exercício democrático", que é o que está a ser feito, não é só, nas redes sociais. O exercício democrático, mesmo com meios á distância, é feito nas Assembleias Municipais com as pessoas a participarem. Afirmou que houve democracia na tomada de decisão desta empresa, antes, durante e depois da sua formalização. Reconheceu que tem havido muitas vicissitudes na constituição da empresa, e que teria sido muito mais fácil para o conjunto dos onze municípios concessionar a uma empresa já formada e com experiência para fazer esta gestão, mas a opção foi iniciar, a partir do novo. Afirmou acreditar que as pessoas com o tempo vão compreender que foi a melhor decisão e interesse do concelho e não existe deficit democrático. Disse, citando: "haverá eleições e as pessoas tomarão as suas decisões. Nós Partido Socialista, não temos medo do julgamento das eleições e portanto, quando chegar a altura própria, veremos o que os Lousanenses pensam disto. E para terminar queria desejar a todos muita saúde e que se mantenham em segurança e que não pensem que por a pandemia estar mais controlada que já podemos fazer uso da nossa plena liberdade". -----

**O Senhor Presidente da Câmara** tomando a palavra fez as seguintes considerações: relativamente à temática em torno da APIN fez uma nota introdutória sobre as razões que levaram à criação desta empresa intermunicipal que é igual nos objetivos e pressupostos às Águas de Coimbra,



sendo a única diferença, enquanto esta resulta de uma agregação de onze municípios, a outra empresa, é só de um único município. Recordou que este assunto terá sido o mais discutido de sempre nos órgãos autárquicos. Teceu algumas considerações sobre as diligências que foram feitas em diferentes momentos onde foram analisadas configurações territoriais, captações de água e outros, até chegar a este número de municípios. Por variadas razões e após tentativas ao longo de vários anos, não foi possível, ao Município da Louçã, consumir outro modelo de gestão, com base nas Águas de Coimbra, em Coimbra. Afirmou que há sempre dificuldades na criação de uma entidade desta natureza, acrescido do facto da pandemia que afetou, transversalmente, a todos de forma individual e coletivamente. O modelo escolhido foi debatido previamente e os municípios sabiam que esta opção detida 100% por capitais públicos tinha alguns riscos, especialmente, na fase inicial, em tudo semelhante às Águas do Ribatejo que existe há dez anos e que no momento da sua constituição, também, gerou alguns problemas. A constituição desta empresa intermunicipal foi a solução encontrada para atenuar o aumento dos preços. O aumento das tarifas seria inevitável, mesmo se os municípios continuassem a operar de forma isolada. A sustentabilidade económico-financeira dos serviços é uma imposição legal. As tarifas praticadas nos onze municípios não eram economicamente sustentáveis nem permitiam realizar os investimentos necessários e urgentes a uma adequada prestação dos serviços, porque a APIN necessita de meios financeiros para o seu autofinanciamento e para o investimento aos fundos comunitários através das candidaturas que submete. Havia outros modelos em apreciação, um deles a concessão de exploração, mas foi colocado de parte. Confirmou que no início existiram algumas perturbações no funcionamento da empresa, umas mais compreensíveis que outras, mas tem havido um esforço para corrigir os erros e introduzir as melhorias que são necessárias. Concordou que a comunicação, também, deve ser melhorada, e conforme **Aires Ventura**, disse os investimentos que a APIN vai fazer já deviam ter sido comunicados, alguns deles bastante importantes e já reivindicados há algum tempo pelo Concelho

da Louçã. Relativamente à proposta de tarifário, informou que foi aprovado, conjuntamente, com a adesão à empresa intermunicipal. As tarifas aumentaram porque as praticadas nos onze municípios eram economicamente insustentáveis. Informou que as novas tarifas asseguram a sustentabilidade económico-financeira dos serviços, bem como a promoção dos investimentos tão importantes para o Concelho da Louçã. Concorda que seria justo existir para o setor da água, o que existe para a energia, que é uma componente de solidariedade no país traduzida num Fundo de Equilíbrio de Tarifário onde permitisse que na criação destas entidades intermunicipais o processo de ganhar escala fosse menos difícil, nomeadamente na progressão dos tarifários. No seu entendimento essa é que devia ser a discussão no momento e as posições que esta assembleia devia tomar de reforçar o que a APIN tem vindo a exigir e os municípios e dar força a esta luta para que, definitivamente, seja criado este Fundo de Equilíbrio de Tarifário que permita que nestes concelhos de baixa densidade e onde ganhar escala é mais difícil o tarifário esteja devidamente acautelado e não seja necessário uma progressão do ponto de vista social tão abrupta. Informou que só no ano passado é que as autoridades que regulam este setor autorizaram que a APIN fizesse uma alteração do tarifário em baixa, relativamente ao inicial. Quanto aos problemas, reclamações e perturbações, umas com carácter mais objetivo que outras, acontecem um pouco por todo o país. Quanto à duplicação de faturação, esclareceu que teve a ver com a não emissão de faturas durante três meses, nomeadamente por erro de faturação e depois pela alteração tarifária. Acrescentou que foi decidido por todos os municípios que seria desejável que no mais curto espaço de tempo fosse regularizada a faturação, para pagamento dentro da normalidade. Não é um processo fácil tornou-se mais complexo que o desejável por todos e confirmou que existiram erros de faturação que têm vindo a ser regularizados. Foi, também, levantada a questão da privatização que gerou, também, algum ruído, situação esta que não se coloca porque se trata de uma empresa privada detida única e exclusivamente por municípios que são entidades públicas. Os municípios



esforçavam-se para fazer bem, contudo, não têm por si só, capacidade técnica para fazer face às necessidades das populações e prestar a devida eficiência e melhoria dos serviços. Disse que a realidade, como ponto de partida, é que o conjunto dos onze municípios tinham um deficit anual de mais de seis milhões de euros e isto é que pesava nos Orçamentos Municipais e indiretamente nos munícipes de cada um dos concelhos. Citando: *"... se todos os eleitos locais dos órgãos executivo e deliberativo pensassem só taticamente e sobrepusessem outros interesses ao interesse do concelho e ao sentido estratégico desta decisão, eventualmente, teriam tomado outras decisões ou tinham guardado esta decisão para outro timing menos próximo das eleições. Aqui, o que esteve em causa foi tomar decisões no momento em que era preciso tomá-las como base naquilo que é o entendimento do interesse do concelho e da importância para o concelho"*. Enalteceu e reconheceu a coragem e sentido estratégico dos municípios que não tiveram em linha de conta a proximidade de tempo com as eleições autárquicas e tomaram as decisões necessárias. Referiu que os CTT é um mero prestador de serviços e só é remunerado em função dos atendimentos que faz, não colocando em causa a prestação dos seus trabalhadores, porque não é isso que está em causa, a forma como foi estabelecida a relação e informação entre os CTT e a APIN não favoreceu um bom atendimento, por este motivo, desde o ano de dois mil e vinte, a empresa entendeu verificar outras formas de atendimento mais próximo para com os seus clientes e por essa razão, como experiência piloto, criou um balcão de atendimento, na Lousã. Esta experiência resultou e vão ser criados balcões de atendimento em cada um dos onze municípios. Em relação ao balcão de atendimento da Lousã informou que não resultou nenhum custo acrescido para a APIN, porque não pagou a utilização do espaço comercial onde foi colocado e não recrutou mais nenhum trabalhador para aquele lugar, apenas foi deslocalizado para a Lousã, um trabalhador de Penela. Daqui, foi deslocado para o Pólo Operacional da APIN, na Lousã, na Rua Afonso Henriques, por razões alheias á própria APIN. Realçou que o atendimento não está no Centro Logístico da Câmara

*Handwritten signature: Wacley*

Municipal, mas nas instalações onde funciona o Pólo Operacional da empresa, que está localizado na Louçã. Sobre acesso a fundos comunitários disse que as afirmações do Senhor Ministro do Ambiente não são contraditórias, e informou que vai ser publicada legislação que obriga os municípios a evidenciar a cobertura de custos. Relativamente ao facto de haver municípios que não estão agregados a nenhuma empresa, disse que a agregação dos municípios é livre, ninguém foi coagido a agregar-se, mas informou que no próximo ciclo de fundos comunitários, os municípios que não o fizerem, vão ter que comprovar que conseguem fazer a cobertura de custos sozinhos. Alguma contestação é fundamentada em virtude de se terem cometido alguns erros, outra nem por isso, como é o caso da privatização da água e do ruído que causou. Neste momento, a APIN já tem praticamente todos os recursos humanos e equipamentos para o desempenho e realização das suas funções. O protocolo entre os municípios e a APIN foi estabelecido durante o tempo em que a empresa estava desprovida de meios para poder exercer as suas funções, situação essa, neste momento, ultrapassada, mas que pagará a cada um dos municípios pela prestação de serviços prestados durante este período. Disse que todos defendem um tarifário mais justo, o Partido Socialista, também, mas existem regras e planos que têm que ser apresentados desde o Tribunal de Contas ao ERSAR e às entidades que regulam e intervêm neste setor. Reafirmou que no país não há um Fundo de Equilíbrio Tarifário que ajudaria a progressão tarifária, conforme já afirmou anteriormente. Relativamente às consequências de uma eventual saída do Município da Louçã da APIN, informou que tem um estudo que evidencia bem o que teria que ser o tarifário do Município da Louçã, no caso de não fazer parte da APIN. Só para cobrir os custos de exploração e um estudo que indica o tarifário que o Município da Louçã teria que imputar aos seus consumidores em função do volume de investimentos que está previsto executar pela APIN. Também tem um estudo relativamente ao que seria um valor que, caso os órgãos municipais do Concelho da Louçã decidissem agora sair, teriam de pagar. Aproveitou o momento para recordar que o Município de Penacova é



agregado de pleno direito da APIN e só sairá da empresa quando se consumir o processo, nomeadamente, o pagamento da indemnização e todas as outras questões jurídico-administrativas. Informou ainda que os munícipes de Penacova são clientes e continuam a receber as faturas da APIN, conforme está no Contrato de Gestão Delegada. A única questão é que as candidaturas do Município de Penacova não são prioritárias uma vez que o município decidiu sair, a menos que altere a sua posição, aí serão reconsideradas. Sobre as mais-valias do tarifário social da APIN, informou que é melhor do que aquele que a Câmara Municipal da Lousã já tinha e informou que no Concelho da Lousã há mil quinhentos e sessenta e seis consumidores domésticos que estão abrangido por este tarifário no abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos e urbanos. No seguimento da intervenção de **Paulo Simões** enalteceu a importância das questões levantadas e que evidenciam a debilidade de captação de água no Rio Ceira e a necessidade de investimentos a concretizar, na Freguesia de Serpins. Sobre a questão da aplicação do IVA, esclareceu que a APIN fê-lo por recomendação e imposição da ERSAR e outras entidades á semelhança de outras empresas, não foi por vontade de penalizar as pessoas, e sempre foi dito que se a Autoridade Tributária - AT declarasse que a APIN não podia cobrar este imposto, deixaria de ser cobrado, como veio a acontecer e sublinhou que estava a ser cobrado, mas era entregue ao Estado, não era uma receita para a APIN. A partir do momento em que houve o esclarecimento da AT para a APIN, foi iniciado o processo de devolução e vai ser feita a restituição do valor do IVA cobrado a todos os clientes. -----

**Ana Paula Sançana** pediu a palavra para questionar o enquadramento da votação desta petição sem inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos e disse que não faz sentido que a petição seja votada em bloco, porque contém três pontos absolutamente distintos. -----

**O Senhor Presidente da Mesa** esclareceu que a sua leitura sobre o assunto é que um artigo implica o outro, ou seja, o facto de a assembleia apreciar o artigo 12º considerando que aceitou a petição, implica automaticamente a



MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apreciação e votação do artigo 13º para decidir o seu conteúdo. Clarificando disse que a sua proposta e no seguimento do apoio jurídico prestado, vai no sentido de que no ponto 8 - na sequência do voto favorável sobre a aceitação da petição e ao abrigo do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 43/90 de 10 de agosto que diz: «A entidade que recebe a petição, se não ocorrer indeferimento liminar, referida no artigo anterior decide sobre o seu conteúdo...» seja agora votado sobre o conteúdo da petição, salvo melhor opinião que deixou em aberto a fim do plenário se pronunciar. -----

**Joel Fernandes** interveio para dizer que no seu entendimento a questão parece-lhe apenas formal. Caso o **Senhor Presidente da Mesa** entenda por bem a introdução do ponto nº 9 na Ordem de Trabalhos, o Grupo Municipal do PS, não vê qualquer oposição. -----

**João Pedro Melo** pediu a palavra para dizer que o ponto nº 8 da Ordem de Trabalhos diz: "*propõe-se que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre "petição pública a favor da saída do Município da Louçã da empresa APIN"*" e a assembleia pronunciou-se, portanto, não vê necessidade da inclusão do ponto nº 9, porque se fosse indeferido liminarmente, não se teriam pronunciado, como foi deferido, a assembleia pronunciou-se e a pronúnciação deve terminar com uma votação. Frisou que é a petição não são os vários pressupostos da petição. -----

**O Senhor Presidente da Mesa** concordou com **João Pedro Melo** e disse que faz a mesma leitura sobre o assunto em discussão. Sublinhou que o artigo nº 13º, só existe porque vem na sequência da votação que recaiu sobre o artigo 12º, e, no caso de ter sido liminarmente indeferido por votação, o assunto estava encerrado, uma vez que foi aprovada a aceitação decorre implicitamente o artigo nº 13º. No entanto, se o plenário assim o entender, dá abertura total para a introdução de um novo ponto na Ordem de Trabalhos. -----

**Ana Paula Sançana** pediu a palavra para alertar que o artigo 13º diz que é "*...com a máxima brevidade...*", não refere que é em sede da assembleia, ou seja, deve-se dar seguimento á petição. -----



**O Senhor Presidente da Mesa** interpelou dizendo que não faz sentido protelar o assunto e adiar a tomada de decisão.-----

**Ana Paula Sançana** concordando com o **Senhor Presidente da Mesa**, quanto ao não adiamento, contrapôs a perguntar, segundo a matriz da votação distribuída, em que ponto é que vão votar e ao abrigo de quê uma vez que o ponto nº 8 se referia à votação da aceitação da petição. E declarou, citando: *"na minha opinião deve ser incluído e posto à votação que deve ser aprovada a inclusão de um ponto para votar... no seguimento do artigo 13º... como o **Senhor Presidente** disse, e muito bem, como não houve indeferimento liminar, nós iríamos discutir a seguir, portanto, foi esse ponto que estivemos a discutir. Agora, vamos votar o ponto que discutimos mas eu acho que tem que ter um enquadramento, até para ata, tem que constar, na minha opinião, porque, nós estamos a falar de artigos diferentes e que não diz que é imediatamente a seguir, diz que deve ser de uma forma rápida e célere. E, mais uma vez volto a dizer, eu acho que isto não deve ser votado em bloco. Nós vamos inviabilizar... á partida, o que vai acontecer é que a curto trecho, obviamente, se as pessoas se quiserem manifestar relativamente a isto, terão que apresentar uma nova petição, o que eu não acho sentido nenhum, as pessoas manifestaram interesse que isto continue a ser discutido, além da saída do Município da Lousã da APIN e nós estamos de acordo relativamente a um ponto, mas não estamos relativamente a outros". -----*

**O Senhor Presidente da Mesa** aceitou a sugestão apresentada por **Ana Paula Sançana**, que foi também a sugestão de **Joel Fernandes** e por isso, colocou à votação da assembleia a autorização de inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos com a seguinte redação. -----

**9** - Apreciação e votação do conteúdo da petição pública baseada no nº 1 do art.º 13º da Lei nº 43/90 de 10 de agosto;-----

Colocada à votação foi aprovada por unanimidade a inclusão do ponto nº 9 da Ordem de Trabalhos com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando se encontravam, em reunião por videoconferência, vinte e quatro elementos. ----

  
 [Handwritten signature]

Assim, a **Ordem de Trabalhos**, referente à sessão ordinária de fevereiro é constituída e aprovada por unanimidade pela seguinte forma: -----

**1** - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; -----

**2** - Apreciação e votação do Regulamento do Banco Local de Voluntariado da Lousã (BLVL); -----

**3** - Apreciação e votação da delimitação da área de contenção para a instalação de AL na aldeia do Talasnal; -----

**4** - Apreciação e votação da 2ª Adenda ao Protocolo celebrado entre os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela, Vila Nova de Poiares e a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA para prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos; -----

**5** – Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano/Ano 2021; -----

**6** - Apreciação e votação da alteração ao Contrato de Financiamento no âmbito da Candidatura ao EEA Grants “Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às alterações climáticas – “Projeto do Rio Ceira”; -----

**7** - Apreciação e votação para autorização, a celebração da adenda do Contrato Interadministrativo com a CIM-RC, Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que visa adaptar a delegação de competências já autorizada e celebrada, às modificações introduzidas no contrato de Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021); -----

**8** – Para efeitos do artigo 12º da Lei nº 43/90 de 10 de agosto que regula o exercício do direito de petição propõe-se que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre “petição pública a favor da saída do Município da Lousã da empresa APIN, E.I.M., SA”; -----



**9** - Apreciação e votação do conteúdo da petição pública baseada no nº 1 do art.º 13º da Lei nº 43/90 de 10 de agosto;-----

Em seguida, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação o conteúdo global da petição pública baseada no nº 1 do art.º 13º da Lei nº 43/90 de 10 de agosto que mereceu o seguinte resultado: 18 (dezoito) votos contra do PS e 6 (seis) votos a favor do PSD e BE, quando estavam presentes, em reunião por videoconferência, vinte e quatro elementos.-----

**Ana Paula Sançana** usou da palavra para justificar o sentido de voto do Grupo Municipal do PSD apresentando a declaração de voto com o seguinte teor: *"Declaração de voto relativa ao ponto 9 - O Grupo Municipal do PSD, condena veementemente a forma como foi colocada à votação, o teor desta petição, dado que, ao não ser permitida pela Mesa, a votação ponto por ponto, ocorrendo assim uma votação 'em bloco', impediu que a nossa concordância sobre os pontos um e dois da petição, prevalecesse sobre as nossas reservas, no que diz respeito ao ponto três. Assim, abstivemo-nos nesta votação considerando que, a forma como foi levada a cabo, prejudicou em muito, o espírito da petição".* Documento que se dá por integralmente transcrito, ficando ainda anexo a este livro de atas, sob o nº 11 (onze).-----

**O Senhor Presidente da Mesa** colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE quando estavam presentes, em reunião por videoconferência, vinte e quatro elementos.-----

**O Senhor Presidente da Mesa**, antes de dar por encerrados os trabalhos, disse que estão todos extenuados, dada a extensão e conteúdo da reunião desejando que tenha sido esclarecedora para todos, incluindo para quem esteve a assistir através das redes sociais. Solicitou, ainda, aos líderes de cada partido com assento na assembleia que remetessem a matriz de deliberação



LOUSÃ  
MUNICÍPIO DA LOUSÃ  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e declarações de voto, com a máxima brevidade. Apresentou cumprimentos de despedida endereçando votos de saúde a todos aconselhando o necessário e devido cumprimento de todas as regras e restrições que são impostas pelas autoridades de saúde e forças de segurança, porque ainda não é tempo de diminuir os cuidados a ter com a pandemia. -----

Nada mais havendo a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa**, depois de terem sido verificadas todas as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e três horas e dez minutos.-----

O Presidente da Mesa,

Carlos Seco

O 1.º Secretário,

Mário Alves Maduro

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins